

ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO

GARIMPO NO PODER

COMO INVESTIGADOS POR EXPLORAÇÃO ILEGAL INFLUENCIAM AS ELEIÇÕES EM CIDADES DA AMAZÔNIA



Ouro em profusão. Alojamentos de garimpeiros em Vila Nova, no Pará: estão tem quatro cidades entre as que mais arrecadam com a atividade



A extração como rotina. Acima, homem peneira para obter as pedras preciosas; no meio, a candidata Bruna Cataratas, cujo irmão é réu por exploração ilegal; abaixo, Heverton Soares, o Grotinha, investigado por ligação com o "narcogarimpo"



DIFUSÃO



REPRODUÇÃO

um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A relação entre o minério e a política pode ser observada logo na sede da prefeitura, instalada ao lado de uma cooperativa de garimpeiros, um posto de compra e venda do metal precioso e uma empresa de táxi aéreo. Os dois primeiros estabelecimentos, porém, estão atualmente fechados em razão de operações da PF por suspeita de crime ambiental.

Os dois principais monumentos da cidade são a estátua de um garimpeiro com sua batela (utensílio usado para mineração) e de um pequeno avião usado na década de 1980 para se chegar às áreas de garimpo. As ruas levam nomes de garimpeiros históricos — como o de Wagner Domingues, o "Pai Velho" — e os açouques, padarias e farmácias homenageiam a principal fonte de renda do município: Boi de Ouro, Pão de Ouro e Ouro Farma. O plenário da Câmara Municipal exibe um grande painel com a imagem de um garimpeiro e o hino oficial canta na estrofe "os garimpos, as praias, a fonte".

Itaituba responde, sozinha, por 30% de todas as permissões de lavra garimpeira (PLGs) do país — a autorização oficial para que um garimpeiro possa escavar o subsolo em busca do metal precioso. A proliferação dessas licenças, que alcançou a cotação ao topo da exploração do ouro no país, tem sido alvo da PF e do Ministério Público Federal.

Uma das responsáveis pelas investigações, a procuradora Thais Medeiros aponta que o modelo em que cabe ao prefeito autorizar novas áreas de mineração é "frágil", pois vinha sendo utilizado para "legalizar" o ouro extraído de reservas indígenas e unidades de conservação da Amazônia.

— O licenciamento pelas

prefeituras dificulta a fiscalização de órgãos ambientais. Há uma possibilidade de isso estar sendo utilizado como mecanismo de ganho político, porque nos municípios do Pará a atividade de mineração e garimpo é a principal fonte de renda para grupos econômicos

— explica Medeiros.

A expansão de licenças de exploração de ouro em Itaituba é atribuída ao atual prefeito, o garimpeiro Valmir Climaco (MDB), que, em seu terceiro mandato à frente de Itaituba, já declarou ter liberado de 400 a 500 áreas de mineração na cidade.

Climaco já foi processado por extrair ouro de garimpo irregular na Amazônia. A Justiça Federal decidiu suspender a ação, em 2022, depois que o prefeito aceitou pagar uma multa de R\$ 40 mil. Em outro caso, foi condenado a 4 anos e 9 meses de prisão em 2019 por desmatar área de preservação na mesma região. Ele nega irregularidades e afirma que, atualmente, só atua em licenciamento.

O empresário foi alvo de mandados de busca e apreensão em dezembro de 2022, após comprar uma grande quantidade do produto trazido ao país de forma clandestina. Ele diz que não sabia das irregularidades da fornecedora e que a compra foi realizada com autorização do Ibama e da PF. O mandado foi posteriormente anulado pelo Tribunal Regional Federal.

Sob a mira da PF, Nei Garimpeiro decidiu ficar longe da política neste ano e disse que, desta vez, não se envolverá com campanhas na cidade onde possui garimpos.

— Conheço os dois candidatos (de Itaituba) e não participarei do processo eleitoral, nem com apoio, nem com doações. Torço para que vença o melhor — afirmou ele.

A CIDADE PEPITA' Chamada de "Cidade Pepita", Itaituba é a origem de 41% do ouro ilegal do território brasileiro, segundo

— Quanto mais se tem, mais se quer.

**O GLOBO
PLUS**

EDUARDO GONÇALVES E CRISTIANO MARIZ
politicaf@globo.com.br

ITAITUBA (PA)

Sob a luz de refletores improvisados na cambaça de uma caminhonete, um grupo de cerca de 30 pessoas se reuniu para tratar de eleições numa vila garimpeira instalada no coração da floresta amazônica, em Itaituba (PA), a 1.200 quilômetros da capital Belém, no dia 14 de setembro. Ao microfone, uma voz elevava o tom de cobrança a autoridades. "Já era para ter patrulado (nivelado) todas essas ruas. Era para ter caminhão-pipa bancado pela prefeitura, tem que recusar", discursou Heverton Soares, conhecido como Grotinha. A pacata de líder comunitário, porém, esconde a real identidade do garimpeiro investigado pela Polícia Federal (PF) sob suspeita de ligações com o "narcogarimpo", associação de facções criminosas com donos de mineradoras para lavar dinheiro do tráfico de drogas por meio da venda de ouro. O seu objetivo no ato político era persuadir os eleitores ao candidato a prefeito Ivan D'Almeida (Podemos), dono de garimpeiro e réu por exploração ilegal do minério.

Com status de megaempreendedor na região do vale do Rio Tapajós, sudoeste do Pará, Grotinha é dono de garimpos, fazendas, haras, pistas de pouso e empresas de maquinário de extração mineral e peças de carro. Investigações citam 18 autorizações para explorar o ouro na região de Itaituba, onde as permissões, concedidas oficialmente pela Agência Nacional de Mineração (ANM), exclusiva para assinantes no

sítio do jornal (veja mais na página 14) — mostra como o pequeno comício numa das regiões mais devastadas do Pará, acompanhado de repórteres, é um exemplo de como campanhas eleitorais e a extração ilegal de ouro se unem rotineiramente no mesmo palanque na região. O resultado dessa parceria é uma relação simbiótica, em que os dois lados ganham.

Ao mesmo tempo em que tenta eleger um aliado como prefeito, Grotinha responde a processos em três estados por suspeitas de praticar crimes como tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Ao longo de nove meses em 2021, ficou foragido após ser alvo de uma operação da PF. A participação do empresário na campanha em Itaituba só tem sido possível porque a Justiça anulou um pedido de prisão contra ele após indefinição sobre quem irá julgá-lo. O caso hoje está sob análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Procurada, a defesa de Grotinha não quis comentar. Ele não consta como dono do poder oficial das eleições. O candidato D'Almeida também não se manifestou.

Com status de megaempreendedor na região do vale do Rio Tapajós, sudoeste do Pará, Grotinha é dono de garimpos, fazendas, haras, pistas de pouso e empresas de maquinário de extração mineral e peças de carro. Investigações citam 18 autorizações para explorar o ouro na região de Itaituba, onde as permissões, concedidas oficialmente pela Agência Nacional de Mineração (ANM), exclusiva para assinantes no

site do jornal (veja mais na página 14) — mostra como o pequeno comício numa das regiões mais devastadas do Pará, acompanhado de repórteres, é um exemplo de como campanhas eleitorais e a extração ilegal de ouro se unem rotineiramente no mesmo palanque na região. O resultado dessa parceria é uma relação simbiótica, em que os dois lados ganham.

Ao mesmo tempo em que tenta eleger um aliado como prefeito, Grotinha responde a processos em três estados por suspeitas de praticar crimes como tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Ao longo de nove meses em 2021, ficou foragido após ser alvo de uma operação da PF. A participação do empresário na campanha em Itaituba só tem sido possível porque a Justiça anulou um pedido de prisão contra ele após indefinição sobre quem irá julgá-lo. O caso hoje está sob análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Procurada, a defesa de Grotinha não quis comentar. Ele não consta como dono do poder oficial das eleições. O candidato D'Almeida também não se manifestou.

Em postagens nas redes sociais, o garimpeiro afirma que, caso eleita, irá dar voz aos garimpeiros na Câmara Municipal da capital de Roraima. A maioria dos garimpos é irregular no estado, que tem 46% do seu território demarcado como áreas de preservação.

— Hoje não tem um representante da classe garimpeira. Não tem deputado federal, estadual, governador, nenhum prefeito. Precisamos urgentemente disso para desenvolver a nossa economia — afirmou Bruna Cataratas, a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

Do dono de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleito-

ral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

Do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

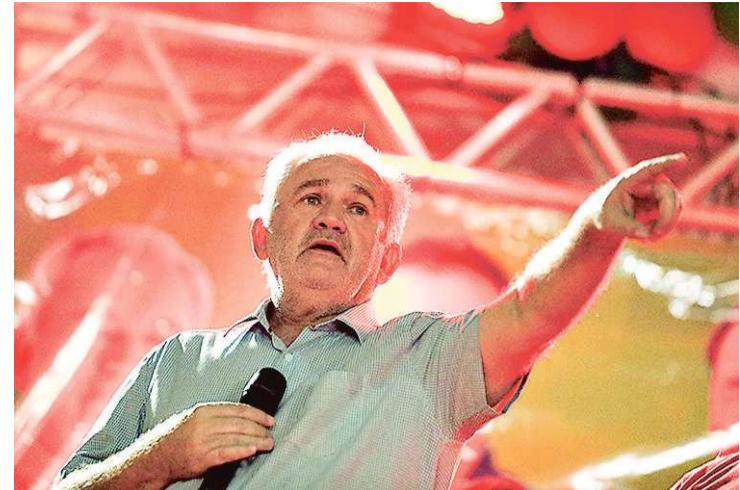
do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabide eleitoral de Bruna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

do de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal em

ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO



Busca do ouro. Garimpeiro caminha pelas estradas de Vila Nova, vila localizada na Transgarimpeira, no Pará: estado concentra candidatos ligados à extração



Pedras em pauta. Prefeito Valmir Climaco (MDB) tenta emplacar sucessor



Família. Filho de comerciante do garimpo, Wescley Tomaz (Avante) concorre

'Aqui, ser chamado de desmatador ganha voto. Multa do Ibama dá voto'

Eleição tem alta com 101 candidatos ligados ao garimpo, 1/5 no Sudoeste do Pará, onde ser alvo de órgão ambiental é trunfo

O GLOBO PLUS

EDUARDO GONÇALVES E
CRISTIANO MARIZ
politica@oglobo.com.br
ITAITUBA (PA)

"Esse o povo aprovou, a voz dos garimpeiros", anuncia o jingle na entrada da sede de uma das maiores cooperativas de exploradores de ouro de Itaituba (PA), a 1.200 quilômetros de Belém. O local, decorado com bandeira do PT e bexigas vermelhas, foi escolhido por um candidato a vereador ligado à categoria para fazer campanha e pedir votos para o sucessor do atual prefeito, Valmir Climaco (MDB), dono de minas na região. "Quero ser parceiro de vocês", discursou o emedebista em 5 de setembro.

Do outro lado do município, no dia seguinte, um telão improvisado na principal rua de compra e venda do metal precioso exibia imagens de obras numa comunidade instalada numa área de extração do minério. As melhorias eram reivindicadas pelo postulante a prefeito Wescley Tomaz (Avante), filho de comerciantes do garimpo. "Esse governo abandonou os garimpeiros. O resultado disso é que estão passando fome", falou em cima do palanque.

Embora em lados opostos das eleições, os dois estão unidos pelo mesmo pro-

pósito que vai além da coloração partidária: chegar ao poder municipal e expandir a influência do garimpo numa das áreas mais devastadas da região amazônica.

Quem ganhar as eleições em Itaituba poderá conceder permissões para explorar ouro na região. Essa autorização é de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM), mas no Pará depende de licença prévia emitida pelas prefeituras — nas demais federações — nas demais federações — nas demais federações — quem dá esse aval prévio.

Líder do ranking de alertas de garimpo, Itaituba virou um retrato de como candidatos ligados à exploração de minérios continuam avançando nas eleições. Segundo levantamento do GLOBO com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da agência de mineração, 101 nomes vão tentar se eleger prefeito, vice ou vereador em outubro.

A quantidade supera até mesmo 2020, quando, impulsionados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, um defensor do garimpo em áreas de proteção ambiental, 93 nomes ligados à atividade concorreram. Um quinto das candidaturas deste ano se concentra em três cidades no Sudoeste do Pará: Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso. Todas elas figuram na lista dos dez municípios com mais alertas de garimpo registrados

Em busca de agradar aos garimpeiros, prefeitos e candidatos prometem ou oferecem obras em áreas de proteção. Em São Félix do Xingu, cidade de 65,4 mil habitantes a 985 quilômetros de Belém, o prefeito João Cléber (MDB), candidato à reeleição, foi alvo de

Nessas cidades do ouro da região, ser alvo de um órgão ambiental também é visto como trunfo eleitoral por políticos ligados ao garimpo. O prefeito de Novo Progresso, Gelson Dill (MDB), por exemplo, atribui a sua eleição em 2020, em parte, a uma multa ambiental que recebeu do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) na campanha.

Empresário do ramo de madeira, o emedebista foi autuado por ter desmatado uma área de 174,5 hectares. A multa aplicada na época era de R\$ 4 milhões.

— Se chegar alguém aqui batendo: "O prefeito é um desmatador", ganha voto. Tomou uma multa do Ibama, já ganha voto — disse Dill, que busca a reeleição neste ano. — Foi uma grande cartada para mim. E eu ainda recorri da multa e venci — acrescentou.

Vizinha de Itaituba, Novo Progresso tem 33 mil habitantes e sintetiza os problemas atuais da Amazônia:

desenvolveu-se a partir da descoberta do ouro no Rio Tapajós e ficou nacionalmente conhecido a partir do "Dia do Fogo", quando fazendeiros se organizaram

para abrir pasto com incêndios florestais. Hoje, o município enfrenta um impasse

na Justiça para desalojar centenas de grileiros da Floresta Nacional do Jamanxim — a unidade de conservação mais desmatada da Amazônia.

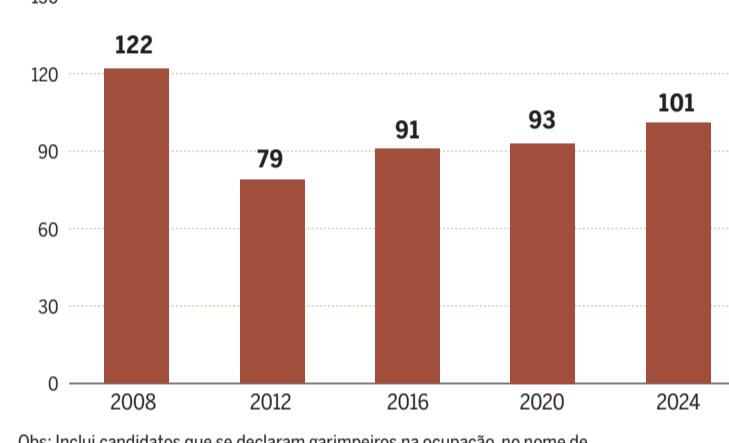
As obras, segundo a investigação, tinham o objetivo de dar apoio a invasores que abriram áreas de garimpo na área de preservação e cri-

gadão na reserva.

O prefeito afirmou ter recebido autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para realizar a obra sob o pretexto que também atenderia os indígenas. O Ministério Público Federal, contudo, argumenta que a via levava à fazenda de um dos invasores. Além do prefeito, o diretor da autarquia federal que deu aval à obra foi denunciado na ação.

CANDIDATOS DO GARIMPO

Número de nomes ligados à atividade garimpeira nas eleições é o maior em 14 anos

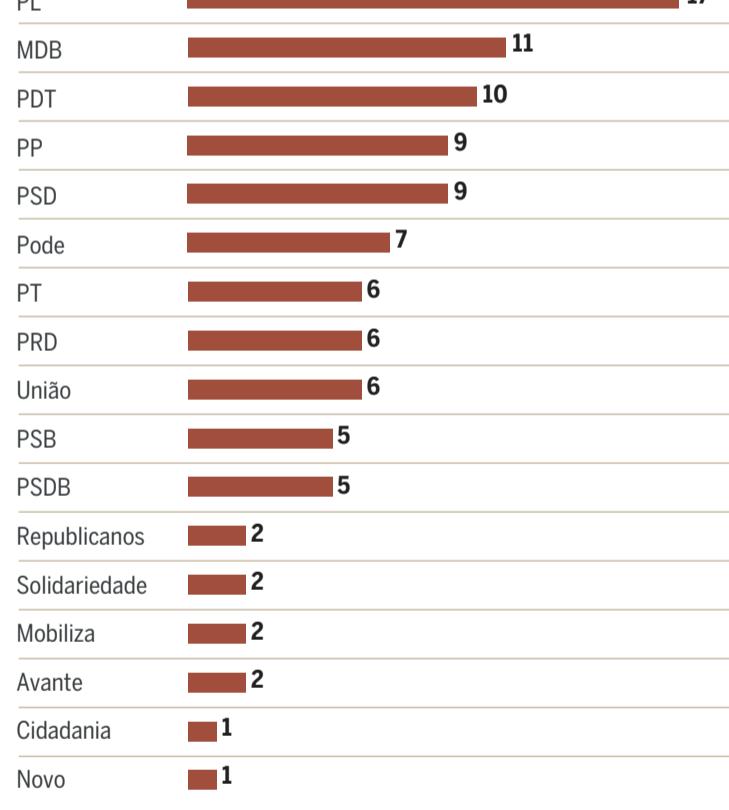


Obs: Inclui candidatos que se declaram garimpeiros na ocupação, no nome de urna ou possuem lavras garimpeiras

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Agência Nacional de Mineração (ANM)

POR PARTIDO

PL é a legenda que concentra o maior número de candidatos ligados ao garimpo



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

EDITORIA DE ARTE

O povo munduruku, que domina a cidade, está dividido entre os que apoiam a extração de ouro nas suas terras e os que são contra. Na hora de escolher o prefeito, no entanto, não há divergência no tema.

O atual prefeito, Sebastião Aurivaldo Pereira Silva (MDB), o Valdo do Posto, tem como principal cabo eleitoral o seu vice, o indígena Valmar Kaba, filiado ao PT. A chapa também conta com o apoio da Rede, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Em 2022, Kaba foi condenado a quatro anos de prisão em regime semiaberto por liderar um protesto violento contra agentes da Polícia Federal que faziam uma operação, a Mundurukânia, contra o garimpo ilegal na região — dois policiais foram feridos com o lançamento de pedras, rojões e pedaços de pau.

Na época, ele chegou a ser preso e afastado do cargo temporariamente. Depois, retornou o posto e agora disputa a reeleição. Procurado, ele não quis se pronunciar sobre a condenação.

O outro candidato é o presidente da Câmara Municipal, Giovani Kaba Munduruku (União Brasil), que antes de se tornar vereador era garimpeiro. A exemplo do seu adversário na disputa, a promessa é atuar para que a exploração do ouro nas áreas indígenas, hoje proibidas, sejam autorizadas.

A lógica do ilegal que pode vir a se tornar legal domina o discurso político na Amazônia e se relaciona com a forma de ocupação pela qual passou a região.

O professor Maurício Torres, da Universidade Federal do Pará, explica que o uso das terras públicas na linha do "dono é quem desmata" foi a marca de políticas partir da segunda metade do século passado. Essa prática continua a gerar efeitos. Nesses locais, a exploração avança sobre as instituições.

O garimpo se tornou tão hegemônico na região que ele virou praticamente sinônimo do poder político e econômico. É difícil achar um político que não tenha algum tipo de ligação a isso por lá — afirmou ele. — Há um sistema de exploração do ouro no país em que a ilegalidade produz a lei e a própria lei produz um novo ciclo de ilegalidade.

ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO



EDUARDO GONÇALVES E
CRISTIANO MARIZ
politica@oglobo.com.br
ITAITUBA (PA)

A 400 quilômetros da cidade mais próxima, os cerca de cem moradores da comunidade de Vila Nova, formada ao redor de áreas de garimpo no sudeste do Pará, convivem com esgoto a céu aberto, sem energia elétrica e nem água encanada. A realidade da superfície contrasta com a riqueza encontrada no subsolo de uma das regiões de onde sai a maior quantidade de ouro no país. "O ouro foi bem explorado, mas não fica aqui. Vai para o barãozão lá fora", lamenta Antônia Ferreira Mourão, de 65 anos, que vive há quase duas décadas no local.

O contraste da riqueza proporcionada pelo ouro com a pobreza das vilas garimpeiras pode ser visto por todos os lados — e virou tema de campanha nestas eleições municipais. Na sua área urbana, Itaituba reúne mais de 50 lojas de compra e venda de ouro, joalherias e de artigos importados. Caminhonetes 4x4 e as escavadeiras são veículos quase onipresentes nas ruas — muitos deles com adesivo "100% garimpeiro". Já nas dezenas de comunidades formadas nas margens da rodovia Transgarimpeira, uma arteria da BR-163 que corta áreas de preservação ambiental até acabar na beira do Rio Tapajós, a população forma filas para encher galões com água potável e carece de serviços básicos como atendimento de saúde e educação.

O candidato a prefeito Wesley Tomaz (Avante), que cresceu numa dessas comunidades, afirma que situação na região só irá melhorar quando os atuais garimpos forem legalizados e a população tiver alternativas econômicas. Em sua campanha, ele defende aproveitar áreas degradadas com outras formas de exploração da terra e do rio.

— Nós vamos substituir o garimpo por uma plantação de cacau, de açaí, questão da piscicultura (criação de peixes) e outras atividades que também vão gerar emprego e renda para o nosso povo — afirmou o candidato.

Segundo Rogério Lima, presidente da associação de moradores de Vila Nova, o voto nos candidatos ligados ao garimpo é a última esperança de que as condições de vida na região possam melhorar.

— Aqui na região os políticos mentem muito. Só os candidatos do garimpo não fazem muito, pelo menos fazem um pouquinho — afirmou Lima, que também é garimpeiro.

Apesar de Itaituba ser o município que mais arrecadou impostos com a produção do minério nos últimos anos — R\$ 350 milhões desde 2018, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) —, os números não refletem essa pujança. No local, 64% da população vive abaixo da linha de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 218 por mês, e 43% dos habitantes recebem Bolsa Família.

ASFALTO E REPRESSÃO

O primeiro asfalto na região garimpeira começou a chegar apenas neste ano na Avenida do Ouro, no distrito de Moraes Almeida, em Itaituba, considerado a porta de entrada da área onde há a maior concentração de garimpos. Constituído por

FOTOS DE CRISTIANO MARIZ
Área de garimpeiros.
Morador atravessa ponte de madeira em Vila Nova: falta de saneamento



Eleição em cidade do ouro evidencia contrastes de vilas de garimpeiros

Em busca de votos, candidatos defendem da legalização de áreas à transformação de locais degradados em plantações



Vilas desiguais. Casal conversa em frente a restaurante de Itaituba, cidade do ouro que cresceu às margens da BR-163

A POPULAÇÃO E O GARIMPO

Índices do município de Itaituba evidenciam dependência da população de programas sociais e do garimpo

- 70% da economia da cidade gira em torno da atividade garimpeira, desde estabelecimentos que negociam ouro à venda de combustível para escavadeiras
- 64% da população vive abaixo da linha de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 218 por mês
- 43% dos habitantes recebem Bolsa Família, que paga um valor mínimo de R\$ 600 por família
- 18% é o percentual da população que tem alguma ocupação, formal ou informal
- 4,44% dos domicílios possuem ligação à rede de esgoto

Fontes: CadÚnico (Ministério do Desenvolvimento Social), IBGE e prefeitura de Itaituba (PA)



Alerta. O garimpeiro Francenildo diz nunca ter visto uma seca como a atual

voador da Transgarimpeira está preocupado com a paralisação atual dos garimpos em razão de operações do governo federal na região.

— Todo esse tempo aqui, nunca tinha visto duas coisas nessa região: tudo paralisado como agora, e uma seca dessas — diz o garimpeiro Francenildo Aparecido dos Santos, de 75 anos, que passou cinco décadas “cavando buraco no chão e rolando de um lado para o outro” atrás de ouro.

A exemplo de Francenildo, Maria da Luz, dona de uma vendinha na comunidade de Vila Nova, já faz planos para se mudar da área.

— A gente não mora aqui porque quer. Vimos para ganhar o pão de cada dia trabalhando nos garimpos, porque tinha uma renda melhor do que na cidade. Aqui ninguém trabalha de roça, nem tem vaca leiteira, a sobrevivência é toda do garimpo.

BAMBURRADOS'

A possibilidade de “baburrar” (enriquecer com o garimpo, na gíria local) leva muitas pessoas a se embrenhar na selva em busca de uma pepita. Como muitos pagamentos na região são feitos em ouro, o custo de vida é alto se comparado a outros municípios amazônicos.

Dona de uma lanchonete na área urbana da cidade, Soraia Paschoal afirma que, muitas vezes, tem dificuldade de contratar uma auxiliar para a cozinha por dois salários mínimos, pois no garimpo elas costumam ser remuneradas com 30 gramas de ouro mensais. Isso equivale a R\$ 10 mil.

— É difícil de competir. Elas acabam preferindo ficar no meio do mato, longe da família, do que ganhar menos na cidade — disse ela.

Das últimas seis eleições em Itaituba, cinco delas foram vencidas por candidatos ligados ao garimpo de ouro.

Um dos mais populares foi Wirland Freire, prefeito de 1993 a 1996, numa época em que ainda não havia reeleição, e que voltou ao comando da cidade em 2001. Freire foi um dos principais fornecedores de combustível da região, responsável por abastecer máquinas que atuavam nos garimpos em torno das rodovias Transgarimpeira e da BR-163, que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT). Morto em 2002, seu nome batizou o aeroporto da cidade.

O atual mandatário, Clímaco, por sua vez, está em seu

terceiro mandato na prefeitura. Nascido no Ceará, ele migrou para Itaituba, onde se tornou comerciante de artigos de garimpo e virou um dos principais donos de áreas de extração de ouro na cidade.

O cientista político Carlos

Augusto da Silva Souza, professor da Universidade Federal do Pará, avalia que a defesa do garimpo nessas regiões tem um “peso importante” na decisão do voto. Para ele, há uma percepção de que, se a atividade for interrompida, não haverá alternativas.

— O que mobiliza o eleitorado nesses locais é justamente a geração de trabalho e renda. E eles veem essa pauta ambiental como uma afronta aos interesses do lugar onde eles moram — disse Souza.

Para Larissa Rodrigues, diretora do Instituto Escolhas, associação que desenvolve pesquisas na área de sustentabilidade, as prefeituras dessas cidades deveriam usar os recursos da exploração do ouro para incentivar outros setores da economia a gerar emprego e renda,

— Estudos mostram que a atividade garimpeira não deixa impactos positivos no que importa para a população, como saúde e educação. Apesar de o garimpo existir, ele não está transformando positivamente a região — disse ela.

Segundo um levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) de 2022, municípios que convivem com o garimpo possuem, em média, índice de progresso social 4% menor que a média amazônica, e 20% abaixo do índice do Brasil. A análise leva em conta o acesso a itens considerados necessidades humanas básicas, como nutrição, cuidados médicos, água, moradia e segurança.

Diretor de Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal, o delegado Humberto Freire diz que a batalha contra o garimpo ilegal não vai se resolver apenas pela repressão, mas precisa incluir políticas públicas de desenvolvimento econômico da região.

— Nós não vamos conseguir eliminar (garimpo ilegal) se não tiver outros pilares funcionando. É preciso um engajamento na esfera municipal e estadual para buscar alternativas econômicas e levar riqueza aos amazônidas. São 30 milhões de pessoas que precisam sustentar as suas famílias — afirmou o delegado.

EDITORIA DE ARTE

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)Segunda-feira 16 de FEVEREIRO de 2024 • R\$ 7,00 • Ano 145 • NP 47808
estadão.com.br

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA A7 e A8

Facções se infiltram no poder local para capturar contratos

Associação com política busca obter novos lucros e lavar dinheiro

Dокументos inéditos de investigações em vários Estados mostram como integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando

Vermelho (CV) estão se infiltrando na política municipal para obter contratos milionários com prefeituras. Série de reportagens iniciada hoje pelo *Estado* expõe como o crime organi-

zado busca acesso a prefeituras e câmaras municipais como meio de controlar contratos de transporte público, coleta de lixo e saúde e influir na definição das regras do uso e ocupação do

solo. Trata-se de movimento em que essas facções, além de obter novos lucros e lavar dinheiro do tráfico de drogas em atividades lícitas, tentam se aliar à condição de organizações mafiosas.

Abílio Diniz (1936-2024) A10



TIAO QUEIROZ/ESTADÃO - 23/6/2017

Morre aos 87 anos um dos maiores líderes empresariais do Brasil

Abílio Diniz foi vítima de insuficiência respiratória por causa de uma pneumonia. Ficou internado por três semanas, depois de passar mal durante viagem aos EUA. Tornou-se conhecido pelo Grupo Pão de Açúcar, ao qual imprimiu seu estilo competitivo.

Notas e Informações A3
O preocupante déficit das estatais

Carlos Pereira A9
Restrições geraram resistência ao golpe

Moisés Naim A12
As crises que tiram o sono do mercado

Henrique Meirelles B4
A hiperinflação argentina

Artes cênicas C1
Cirque du Soleil traz neve para SP e RJ

'Crystal' é o primeiro espetáculo do grupo canadense totalmente desenvolvido em uma pista de gelo.



CIRQUE DU SOLEIL/Divulgação/2023

Mobilidade A13
Prolongamento da Marginal do Pinheiros gera polêmica

Rússia A12
Corpo de Navalni tem sinais de convulsões

Na valentia A18
Palmeiras domina, mas leva empate do Corinthians

E&N Investimento B6
Fundo imobiliário volta atenção para locação de imóveis residenciais

Gestoras que administram ativos residenciais oferecem mais de 20% de rentabilidade em 2023.

Prefeitura paga R\$ 827 milhões a empresas de ônibus sob investigações

Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo fez os repasses a três empresas de ônibus com diretores sob suspeita de ligação com o PCC. Prefeitura instaurou sindicâncias.

Fuga de prisão federal A14

Presidente sugere 'conivência' de agentes

Crise diplomática A11

Lula compara ação em Gaza ao Holocausto; Israel convoca embaixador

Na Etiópia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparou a morte de palestinos em Gaza, na guerra de Israel contra o grupo terrorista Hamas, ao extermínio de judeus promovido por Adolf Hitler. O governo de Israel convocou o embaixador brasileiro em Tel Aviv para ser repreendido.

Coluna do Estadão A2

Itamaraty espera conter escalada e evitar ruptura

E&N Estagnado B1 e B2

Falta de agenda contra entraves limita avanço do PIB nos próximos anos

Baixa produtividade, fraco investimento e educação de má qualidade são restrições a maior crescimento do Brasil.

E&N Se não chover B5

Reservatórios das hidrelétricas podem ficar só pela metade em abril

Sinal de alerta foi dado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) depois de um jejum com poucas chuvas.



AB

POLÍTICASEGUNDA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO**(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CRIME ORGANIZADO**

Prefeitura paga R\$ 827 milhões a empresas de ônibus alvo de investigações

Suspeita é que contratadas tenham ligação com o PCC; Controladoria do Município afirma que instaurou sindicâncias

MARCELO GODOY

A estudante V, de 24 anos, apinha o ônibus na Estação Armênia do Metrô para ir à faculdade à noite. Quando não tem dinheiro, paga a passagem por meio de PIX. A facilidade esconde um negócio bilionário explorado por criminosos que se associaram em cooperativas e, depois, tornaram-se acionistas de empresas para controlar suas linhas do sistema e, ao mesmo tempo, receber repasses milionários de prefeituras do Estado.

O Estadão consultou contratos e planilhas, ouviu testemunhas e teve acesso a inquéritos sigilosos da polícia a fim de mostrar como o crime organizado capturou parte do público de transporte de São Paulo.

Sistema de transporte
A Prefeitura afirma que aditivos de contratos iguais foram assinados com todos os concessionários

Essa história começa por três empresas de ônibus – a Transcasp, a Transunião e a UPBus – que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo. Elas têm diretores investigados pela polícia em razão da suposta participação em crimes ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Levantamento feito pela reportagem mostra que, após as acusações terem se tornado públicas, em 2022, com prisões efetuadas e apreensões de bens, as empresas, mesmo assim, receberam R\$ 827 milhões em repasses da Secretaria Municipal de Transportes e assinaram novo contrato – todos aditivos – para operar o sistema.

A Controladoria do Município instaurou sindicâncias e informou que fez apurações internas sobre a possível utilização das UPBus e da Transunião para lavar dinheiro para a

fazenda criminosa. Além disso, a Prefeitura afirmou que “acompanha e colabora” com a polícia “em tudo que é solicitado” e disse ser de seu “total interesse que todos os esclarecimentos legais sejam feitos perante as autoridades policiais à Justiça”. Informou ainda que as sindicâncias estão “em fase de instrução, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação vigente” e que “o teor das apurações é sigiloso”.

Outras quatro empresas de ônibus contratadas pela Prefeitura já foram investigadas em razão de crimes semelhantes envolvendo seus diretores e acionistas – elas recebem do Executivo municipal outro R\$ 1,1 bilhão de janeiro a outubro de 2023. Juntas, as sete empresas são responsáveis pelo transporte de um a cada quatro passageiros de ônibus da capital ou 27,5%. Todas essas empresas operam no chamado Grupo Local de Distribuição do sistema municipal de transportes, onde estão as empresas que atuam nos bairros. Os 13 lotes desse grupo foram licitados em 2019 e estavam availables em R\$ 2,2 bilhões – a maioria foi concedida a uma única companhia. Esse é o caso do lote 4, concedido à mais polêmica das empresas, a UPBus.

DIRETORES. A presença do crime organizado no transporte público de São Paulo, segundo as investigações, é uma história que reúne acusações de achaques, de homicídios, de ameaças e de lavagem de dinheiro que enriqueceu traficantes de droga, ladres de banco e integrantes da cúpula do PCC em liberdade. “Vejohojé com preocupação o PCC se tornando uma máfia, como a máfia em Nova York, nos anos 1980, infiltrando-se no serviço público para lavar dinheiro do crime”, afirmou o promotor Lincoln Galvão, do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaco).

Há três anos, a Polícia Federal (PF) recebeu em São Paulo informações sobre a ação do PCC nos transportes públicos e abriu uma investigação. “A dificuldade é que esse pessoal entrou no ramo há 15 anos, 20 anos. E a Justiça não permite

OS SÓCIOS E OS CONTRATOS DA UPBUS

Homem apontado como laranja de bandidos pela polícia assinou novos contratos com a Prefeitura

ANSELMO BECHELI SANTA FAUSTA
Vice-líder do PCC, São Bernardo, Cara Preta
Responsável por assessorar o PCC em questões de tráfico de drogas,洗黑錢, assassinato, roubo, furto, extorsão, homicídio, lesão corporal, roubo de automóveis, entre outros.
Endereço: Rua das Flores, 123, São Bernardo, São Paulo, SP, Brazil
E-mail: [redacted]
WhatsApp: +55 11 98765-4321

ALFREDINO SALES MACHADO
Vice-líder do PCC, São Bernardo, Cara Preta
Responsável por assessorar o PCC em questões de tráfico de drogas,洗黑錢, assassinato, roubo, furto, extorsão, homicídio, lesão corporal, roubo de automóveis, entre outros.
Endereço: Rua das Flores, 123, São Bernardo, São Paulo, SP, Brazil
E-mail: [redacted]
WhatsApp: +55 11 98765-4321

UBRITAN ANTONIO DA CUNHA
Presidente da Transcasp, São Paulo
Endereço: Rua das Flores, 123, São Bernardo, São Paulo, SP, Brazil
E-mail: [redacted]
WhatsApp: +55 11 98765-4321

E por estarem juntas e associadas, os partnes, por esse representantes legais, instiram a assinatura, assinada em 12/01/2024, visto de qual ter e firmar, para um ato sóteto jurídico.

Site Paulista: [redacted] / Justiça
Pelo Poder Concorrente: [redacted]
OLIMAR PEREIRA MIRANDA
Secretária Executiva de Transportes e Mobilidade Urbana
Pela Concessão:
UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.
UBRITAN ANTONIO DA CUNHA
RG: 24.729.082-0 / DESP
CPNPF: 196.152.019-71

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO
CONCESSÃO DE SERVIÇO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE (CETRAN)
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
UF: São Paulo
Data: 12/01/2024

UBRITAN ANTONIO DA CUNHA
RG: 24.729.082-0 / DESP
CPNPF: 196.152.019-71

FONTE: POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, SPTRANS E REPÓRTER JORNALISTAS

que se volte tanto assim para se provar que, originalmente, o empresário não tinha recursos para comprar a evolução patrimonial. Hoje em dia, muitas dessas pessoas já têm rendimentos que sustentam a evolução patrimonial”, contou o delegado federal Rodrigo Costa.

Na época, um dos investigados era um velho conhecido da polícia: o traficante de drogas Anselmo Becheli Santa Fausta, a Cara Preta ou Magrelo. Em 2011, o Gaeco flagrou uma conversa dele com Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola, ao telefone, conforme audio revela pelo Estadão, na qual o chefe da facção dizia ser o responsável pela eliminação de homicídios no Estado e pelo fim do crack nos presídios. “Acabou, mano”, disse Marcola. Cara Preta então investigado por ligações com a antiga cooperativa de ônibus Transcasp Leste – atual Pessôa, empresa de ônibus com contrato com a Prefeitura que opera 485 ônibus na zona leste. Os representantes da empresa não foram localizados.

Em 2014, um relatório da Inter-

ligência do Exército apontava Cara Preta como o “fornecedor de drogas para toda a zona leste”. Segundo a investigação, a droga da facção chegava em Cidade Tiradentes e, de lá, era distribuída para toda a região. Isto é, nos Terminais de ônibus da Cidade Tiradentes e de Itaquera, ambos na zona leste, que a UPBus opera parte de sua frota de 138 ônibus. Segundo a polícia, o pai, a irmã e o primo de Cara Preta se tornaram acionistas da companhia assim como outros líderes da facção, como Silvão Luiz Correia, o Cebola, Décio Gouveia Luis, o Décio Português, Claudio Marcos de Almeida, o Djanjo, e Alexandre Sales Britto, o Xandi.

Em 15 de junho de 2012, Xandi e um outro acionista foram presos com 14 quilos de maconha e um fuzil. Treze dias depois, Cebola foi apanhado com 480 quilos de maconha dentro da sede da UPBus e R\$ 150 mil em espécie.

Segundo apuração sigilosa da Operação Ataxia, do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc)

à qual o Estadão teve acesso, dos 60 acionistas da UPBus, seis são membros destacados ou cônjuges de membros destacados do PCC; 18 possuem ligação direta ou indireta com o PCC e 18 apresentam movimentações financeiras atípicas junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). De todos eles, 45 ostentariam profissões incompatíveis com o capital investido na empresa UPBus, como diaristas, costureiras, operadoras de caixa, motoristas e cobradores.

Os cinco investigados e adovogados dos três deles (Cara Preta, Djanjo e Cebola) eram diretamente donos de cerca de 15% das cotas da empresa UPBus. Desde que o Denarc lançou a Operação Ataxia, em junho de 2022, a empresa já recebeu R\$ 119 milhões da Prefeitura e assinou dois novos contratos com a Secretaria Municipal dos Transportes. Os documentos foram assinados, pelo lado da empresa, por Ubiratan Antônio da Cunha, diretor da UPBus e um dos 15 alvos da operação, que obteve o sequestro de R\$ 45 milhões em bens dos investigados. Cunha chegou a ter sua prisão temporária pedida pela polícia, que o considerava um laranja da facção.

Outra empresa vinculada a uma investigação de homicídio pela polícia – por meio do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) –, a Transunião, assinou quatro aditivos após o inquérito do seu caso se tornar público, em junho de 2022. Desde então, ela recebeu R\$ 493 milhões para operar seus 467 ônibus em dois lotes do sistema de transportes da cidade. Uma terceira empresa cuja direção é acusada de extorsões e ameaças, a Transcap, que opera sua frota de 281 ônibus na zona sul, obteve R\$ 214 milhões do Município e firmou dois novos contratos com a secretaria após ação policial em outubro de 2022.

ADITIVOS. Ao ser questionada sobre os aditivos assinados com as empresas depois que elas passaram a ser investigadas, a Prefeitura informou que eles “tratam de temas como a clerificação da frota, a retomada do cumprimento de prazos contratuais após o término da pandemia, atualização no Serviço Atende+, e atualização da remuneração”.

Sobre o fato de Ubiratan Cunha, uma pessoa investigada, assinar os contratos em nome da UPBus, a Prefeitura informou não ter querer interferência a respeito de quem as empresas nomeiam como seus representantes legais. O Estadão procurou ainda as direções das empresas UPBus, Transunião e Transcap, mas não obteve resposta. Também não se manifestaram os defensores de Décio Português, Cebola, Cara Preta, Xandi, Djanjo e Cunha. •

TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA



A7

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

Empresa fundada por vereador petista destinava valores ao PCC, diz inquérito

Conversas no celular de ex-diretor de companhia de ônibus, que foi assassinado, indicam pagamento semanal de R\$ 70 mil à facção; investigado, Senival Moura nega envolvimento

MARCELO GODOY
HEITOR MAZZOCO

Mensagens no telefone celular do ex-diretor da empresa de ônibus Transunião Adauto Soares Jorge mostram, segundo a polícia, a existência de pagamentos semanais de R\$ 70 mil, feitos por meio do caixa da companhia, ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Os diálogos constam de inquérito conduzido pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) ao qual o *Estadão* teve acesso. O caso está sob sigilo de Justiça. A Transunião foi fundada pelo vereador Senival Moura (PT), líder da oposição na Câmara Municipal de São Paulo.

A Transunião é uma das três empresas de ônibus da cidade de São Paulo cujos diretores ou acionistas são investigados por crimes que a polícia liga ao PCC. Ela tem 467 ônibus em sua frota e opera em dois lotes do sistema de transporte público de São Paulo. A apuração, que envolve suspeita de extorsão, lavagem de dinheiro e organização criminosa, começou com o inquérito sobre o assassinato de Adauto Jorge, morto a tiros em 4 de março de 2020, em estacionamento no bairro Lajeado, na zona leste. A empresa foi procurada pelo *Estadão*, mas não respondeu.

No dia do crime, Adauto Jorge estava acompanhado por Devanil Souza Nascimento, conhecido como "Sapo", um antigo funcionário da Transunião. Nascimento, ex-motorista de Senival, foi investigado no inquérito sobre o homicídio – assim como o vereador do PT – sob suspeita de ter conduzido Adauto Jorge até o estacionamento e tido conhecimento da armadilha que havia sido montada contra a vítima. Ambos se dizem inocentes.

DESLIGAMENTO. Em discurso no dia 14 de junho de 2022, no plenário da Câmara Municipal, Senival disse: "Operamos com a Transunião até 4 de fevereiro de 2020. No dia 5 teria uma assembleia, e eu e Adauto Soares Jorge fomos recomendados a não participar. Quando recebi isso, achei melhor ir embora", afirmou o vereador. "Nós criamos essa em-

INVESTIGAÇÃO

Apuração do caso teve início com o inquérito sobre o assassinato de Adauto Soares Jorge, em março de 2020



Momento em que Adauto Jorge, da Transunião, é executado em estacionamento na zona leste; atirador seria conhecido como Cachorro



Imagem de câmera de estacionamento no momento em que atirador mata Adauto Jorge, da Transunião; polícia accusa PCC pelo crime

entre perueiros da capital nos anos 2000. Foi quando, segundo o relatório assinado pelo delegado Anderson Honório Santos, "notórios criminosos" teriam providenciado recursos para a campanha eleitoral do político – ele concorreu pela primeira vez a vereador em 2004.

'PREPOSTO'. Em troca, disse o delegado, o PCC "passou a ocupar grande parte das cotas/ações vinculadas à indigência da empresa". De acordo ainda com o documento da polícia, a facção possuiu um "preposto" na Transunião responsável pelos interesses da criminalidade da empresa. "Tal preposto foi identificado como Leonel Moreira Martins, o qual, como se depreende da análise das mensagens encontradas no celular da vítima (Adauto Jorge), interagia quase que semanalmente com esta para resolver problemas envolvendo interesses de membros do PCC."

Alegando supostos desvios de verbas da empresa, a facção obteve, em fevereiro de 2020, o afastamento do aliado de Senival da presidência da Transunião, por meio da destituição de Adauto Jorge do cargo. Em seguida, o comando da empresa teria sido passado para um de seus integrantes.

Conforme o Relatório de Análise de Extração de Dados do celular de Adauto Jorge, o preposto do PCC "comunicava-se quase que semanalmente" com ele, e o teor dos diálogos, "quase que em sua totalidade", dizia respeito "a cobranças de valores e repasses" que deveriam "ser realizados a parentes de indivíduos vinculados à criminalidade".

Diálogo destacado pelo policial se refere à cobrança feita por Leonel Martins a Adauto Jorge "dos valores devidos em decorrência de seu status como membro do PCC, e pelos veículos que possuía na Transunião". A conversa ocorreu em 12 de abril de 2019. Nela, Adauto Jorge diz que os repasses da empresa ao PCC estariam limitados a R\$ 70 mil por semana.

"Contudo, Leonel argumentava que, além de participação nos salários R\$ 70 mil, haveria outra dívida a ele devida, de responsabilidade da empresa". Logo depois, o PCC teria determinado a nomeação de Jair Ra-

mos de Freitas, o "Cachorrão", como diretor da empresa. O Deic aponta Freitas como o assassino de Adauto Jorge.

Segundo o Deic, Adauto Jorge foi morto pelo PCC em uma vingança, e Senival chegou a ter a morte decretada pela facção, mas só não foi executado, segundo relato de testemunhas protegidas, porque concordou em entregar 13 ônibus ao PCC e deixar a direção da empresa. O inquérito ainda guarda perícias nas imagens de câmeras e nos celulares apreendidos.

DEFESAS. O advogado de Senival Moura, Márcio Sayeg, negou envolvimento do vereador com a morte de Adauto Jorge. "Pediram pra gente contabilizar, quebraram o sigilo e não encontraram nada. Tanto é que ele nem sequer foi indicado no inquérito. Ali é uma cooperativa, não dá para investigar um a um, controlar o que cada um faz."

Representante

PCC designou 'preposto' para defender interesses da facção na empresa de ônibus, afirma polícia



Vereador Senival Moura: 'Quebraram sigilo e não encontraram nada'

presas, mas me desliguei."

O relatório do inquérito do caso é conclusivo: "Apurou-se que a morte de Adauto Soares Jorge teve relação com esquema de desvio de verbas da Transunião, a qual, desde seu

nascimento, vinha sendo utilizada para a lavagem de capitais oriundos do crime, mas especificamente, valores advindos da facção criminosa Primeiro Comando da Capital". Senival Moura era um líder

A defesa de Devanil Nascimento disse que apresentou todas as informações demandadas pela Justiça e, com isso, elteve a prisão revogada. "Ele se declarou e continua se declarando inocente", afirmou o advogado Marcos Ribeiro Costa.

O advogado Anderson Minichillo, que representa Jair Freitas, declarou que seu cliente é inocente e não foi reconhecido por testemunhas. "Pedimos a liberdade dele, alegando que o laudo das imagens da polícia era inconclusivo. A acusação da polícia não tinha base sólida para mantê-lo preso." Isaac Minichillo, que defendeu Leonel Martins, disse que seu cliente é inocente.

A Controlladoria do Município instaurou sindicância sobre a Transunião para averiguar o uso da empresa na lavagem de dinheiro do PCC. A Prefeitura de São Paulo afirmou, em nota, que "acompanha e colabora" com a polícia e disse ser de seu "total interesse que todos os esclarecimentos legais sejam feitos perante as autoridades e à Justiça". ●

QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA

A9

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Em celulares, provas da atuação do PCC no transporte em Campinas

Telefones mantinham fotos e documentos que mostram a infiltração da facção em cooperativa da cidade, afirma MP

MARCELO GODOY
HEITOR MAZZOCO

Foi nos telefones celulares de Claudiemir Antonio Bernardino da Silva, o Guincho, que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gacco), do Ministério Públíco de São Paulo, encontrou algumas das principais provas da ação exercida por criminoso do Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte público da terceira maior cidade do Estado: Campinas.

Com 1,13 milhão de habitantes, a cidade é o centro de uma região que abriga um dos maiores complexos prisionais de São Paulo dominado pelo PCC. Os celulares do Guincho foram apreendidos na Operação Sumidouro, que investigava rede de tráficos que usava galerias pluviais da cidade. O Estadão teve acesso ao relatório sigiloso da análise dos telefones. Ali estão fotografias que retratam tráfico de armas e drogas, execução de rivais e operação dos ônibus, além de mensagens, documentos e comprovantes de depósitos trocados pelos criminosos.

Condannado a 21 anos de prisão por tráfico de drogas, Guincho é sobrinho de Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, líder do PCC, que, segundo a polícia, foi responsável pela morte do então prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, em 2001. Andinho cumpre 700

anos de condenação por sequestro, assassinato, tráfico de drogas e organização criminosa na Penitenciária Federal em Brasília. Recentemente, ele e outros dois líderes da facção romperam com Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, causando um racha na direção da organização criminosa.

ESCONDERIJO. De acordo com o Gacco, a quadrilha do Guincho alugava casas em condomínios fechados na região de Campinas para usar como esconderijos de drogas e armas. Parte do material e mais de R\$ 300 mil foram apreendidos em buscas feitas em 2022 no Residencial Botânico, onde Guincho foi preso.

No ação, os investigadores apreenderam celulares nos quais foram encontrados os arquivos que ligam a quadrilha ao sistema de transporte de Campinas. A exemplo do que ocorreu em São Paulo no começo dos anos 2000, em Campinas o PCC também se infiltrou no setor por meio do transporte clandestino de passageiros feito por perueiros.

O Relatório de Análise do Material Apreendido mostra a estrutura da organização do traficante e como ele controlava a venda de drogas na região. Além disso, os investigadores localizaram provas de como o dinheiro do tráfico era investido em imóveis e no transporte público por meio de perueiros ligados a cooperativa Altercamp. Contas bancárias de cooperados seriam usadas por Guincho e pela mulher do traficante para movimentar dinheiro até para o pagamento de despesas pessoais do casal.

Pelas mensagens, os promotores descobriram que Guincho participava de reuniões

Imagens e mensagens sobre compra e venda de armas encontradas nos celulares apreendidos pelo Gacco durante a Operação Sumidouro



FOTOS: REPRODUÇÃO/MINISTÉRIO PÚBLICO/INFOGRAFIA ESTADÃO

com permissionários da prefeitura de Campinas, recolhia o dinheiro obtido com os ônibus e cuidava da manutenção de sua frota, além de pagar propriedade a fiscais do

Apuração Prefeitura de Campinas informou que sindicância aberta não identificou índicio de irregularidade

sistema de transportes. Diz o relatório: "Guincho explora, de maneira clandestina, mediante uso do nome de cooperados formais, o transporte público urbano, possuindo três prefi-

xos, cada um com dois veículos coletivos operando, da cooperativa Altercamp, contratada pela municipalidade de Campinas como prestadora do serviço público".

'LARANJAS'. Para tanto, o traficante usaria "laranjas" em nome de quem registravam ônibus de sua propriedade. O Gaco prossegue: "O traficante parece contar com a conveniência de indivíduos em cargos de posição dentro da cooperativa que permitem que ele faça uso de terceiros para lucrar com o transporte sem que seu nome figure no fornecimento do transporte coletivo". Ocelulares tinham ainda documentos

2008. Um policial morreu e 12 pessoas ficaram feridas. Um fuzil AR-15 foi apreendido.

"Após esse crime gravíssimo, investigações comprovaram que Ronaldo Porco, secretário de Governo escolhido por Jair Bolsonaro, era integrante do PCC, mediante a aquisição de ônibus de luxo em Mogi das Cruzes e Beritonga", afirmou o promotor.

SENTENÇA. Ao sentenciar o ex-prefeito, o juiz Bruno Machado Miano, da Vara da Fazenda de Mogi das Cruzes, disse que ficou comprovado que Aguiar sabia da atuação criminosa de Ronaldo Porco. "Para um ad-

ministrador que cuida da coisa pública, essa informação bastaria para mandar fazer pesquisa pormenorizada sobre a pessoa que estava nomeando."

Biritiba-Mirim (SP)
Condenado por lavar dinheiro para integrante do PCC foi escolhido como secretário de Governo

Procurado, Aguiar limitou-se a afirmar que vai se inteirar dos fatos. Conforme o sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo, ele ainda não foi notificado do cumprimento de sentença. A defesa de Ronaldo Porco não foi localizada. ■ M.G.E.H.M.

A8



POLÍTICA

QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2024

O ESTADO DE S. PAULO

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Suspeito de elo com o PCC, ex-contador de Lulinha cita 250 prêmios na loteria

Em depoimento, João Muniz Leite – que já prestou serviços para Lula e seu filho – admite ter trabalhado para traficante da facção e estima que bilhetes premiados somam R\$ 20 milhões

MARCELO GODOY
HEITOR Mazzoco

O contador João Muniz Leite, de 60 anos, que já prestou serviços para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o filho dele, relatou ter ganhado 250 vezes em loterias. Só em 2021, foram 55 vezes. Ele estima que, somados, os prêmios chegaram a R\$ 20 milhões. A revelação está em depoimento sigiloso do contador à polícia ao qual o *Estadão* teve acesso.

Muniz era homem de confiança do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, e trabalhou como contador do filho do presidente, o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e do próprio petista. Ele chegou a ser ouvidio pelo ex-juiz federal Sérgio Moro como testemunha na Operação Lava Jato, no caso do tríplex do Guarujá (SP).

No ocasião, Muniz afirmou que fez a declaração de Imposto de Renda de Lula entre os anos de 2010 a 2015, no escritório de Teixeira, a quem prestou serviços por 14 anos, como contador de suas empresas: um escritório de advocacia e duas firmas de administração imobiliária. A audiência foi pedida pelo Ministério Público Federal na investigação sobre possível falsificação de recibos de um imóvel vizinho ao de Lula em São Bernardo do Campo (SP). O contador negou que os recibos fossem falsos.

De 11 de novembro de 2019 a 31 de julho de 2023, segundo dados da Junta Comercial de São Paulo, Lulinha manteve uma de suas empresas, a G4 Entretenimento e Tecnologia Digital Ltda, registrada no mesmo endereço do escritório de Muniz, em Pinheiros, na zona oeste. A defesa de Lulinha disse que as investigações sobre Muniz nunca atingiram o empresário. O Palácio do Planalto afirmou que Lula não tem laços com o contador (mais informações na página ao lado).

IDENTIDADE FALSA. No depoimento à polícia, em São Paulo, o contador também admitiu que, por cinco anos, teve entre seus clientes um dos principais traficantes de drogas do Primeiro Comando da Capital (PCC): Anselmo Becheli Santa

RELACIONES

Contador é investigado por suspeita de ligação com traficante do PCC



JOÃO MUNIZ LEITE
CONTADOR - 60 ANOS

Trabalhou como contador do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do filhão Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha



Lulinha manteve empresa G4 Entretenimento e Tecnologia Digital Ltda, entre 2018 e 2023, no mesmo endereço do escritório de Muniz, de acordo com a Junta Comercial de São Paulo



Muniz teve entre seus clientes um dos integrantes do PCC, Anselmo Becheli Santa Fausta, conhecido como Cara Preta ou Magrelo, ainda que o conhecesse apenas pelo nome de Eduardo Camargo de Oliveira - identidade falsa



A 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosas e Lavagem de Dinheiro da Justiça Estadual de São Paulo determinou o bloqueio de R\$ 45 milhões em imóveis e ônibus de integrantes do PCC e do contador. De acordo com o Departamento Estadual de Investigações Sobre Narcóticos (Denarc), em diversas oportunidades, os valores das apostas feitas por Muniz superaram os dos prêmios. O objetivo seria esquartelar o dinheiro ilegal.

O relator que não sabia da atividade criminosa de Santa Fausta, Muniz revelou o nome de quem o apresentou ao traficante. Trata-se do empresário Antônio Vincius Lopes Gritzbach. No passado, Gritzbach foi denunciado pelo Ministério Público estadual por lavagem de dinheiro da facção e como mandante do assassinato de Santa Fausta. Conforme a acusação, Gritzbach deu golpe de R\$ 10 milhões no traficante, apropriando-se de investimentos em criptomoedas.

Amorte de Santa Fausta deixou um rastro de sangue em São Paulo. Inconformada com o crime, a cúpula da facção ordenou as mortes de Cláudio Marcos de Almeida, o "Django", outro gigante do tráfico de drogas. Almeida foi obrigado a se enforcar em 27 de janeiro de 2022. Além dele, o tribunal do crime também determinou a morte de Nôe Alves Schaum, que foi esquartejado. Na véspera de Natal de 2023, Gritzbach escapou de um atentado em seu apartamento.

NÃO POR COINCIDÊNCIA, NESTE MESMO IMÓVEL FUNCIONA UMA PNA QUAL JOÃO MUNIZ LEITE FOI SOCIO ATÉ O FIANO DE 2010

Logo, considerando que JOÃO M. LEITE transfere valores para as empresas de Anselmo, que são empresas estabelecidas no mesmo imóvel de que João M. LEITE era sócio

NÃO HÁ COMO JOÃO ALLEGAR DESCONHECIMENTO ACERCA DA IDENTIDADE FALSA QUE ANSELMO SE UTILIZOU PARA CONSTITUIR A EMPRESA OLIVEIRA, PARTICIPACIES, PATRIMONIAL, REGISTRADA EM NOSSA CIDADE

Portanto, é inviável que JOÃO MUNIZ LEITE PRATICOU O CRIME DE FALESIA RESPECTIVA COMO MEIO DE COLABORAR PARA O CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS EM FAVOR DE ANSELMO, ATRAVÉS DA TENTATIVA DE FAZER ANSELMO SE ENCONTRAR COM O TRAFICANTE DEDICADO À JUSTIÇA, BEM COMO NA DISMISSELAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS NESTE CONTEXTO, AINDA EM RELAÇÃO A JOÃO, TAMBÉM NÃO É DIFÍCIL VISLUMBRAR CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.

Fausta, o "Cara Preta" ou "Magrelo", ainda que o conhecesse pelo nome de Eduardo Camargo de Oliveira, identidade falsa que, segundo a polícia, o traficante usava para comprar empresas e lavar parte do dinheiro do narcotráfico.

BLOQUEIO. Santa Fausta foi assassinado em 27 de dezembro de 2021, no Tatuapé, na zona leste, ao lado de seu motorista, Antônio Coronel Neto, o "Sem Sangue". Em junho de 2022, a 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosas e Lavagem de Dinheiro da Justiça Estadual de São Paulo determinou o bloqueio de R\$ 45 milhões em imóveis e ônibus de integrantes do PCC e do contador. De acordo com o Departamento Estadual de Investigações Sobre Narcóticos (Denarc), em diversas oportunidades, os valores das apostas feitas por Muniz superaram os dos prêmios. O objetivo seria esquartelar o dinheiro ilegal.

O relator que não sabia da atividade criminosa de Santa Fausta, Muniz revelou o nome de quem o apresentou ao traficante. Trata-se do empresário Antônio Vincius Lopes Gritzbach. No passado, Gritzbach foi denunciado pelo Ministério Público estadual por lavagem de dinheiro da facção e como mandante do assassinato de Santa Fausta. Conforme a acusação, Gritzbach deu golpe de R\$ 10 milhões no traficante, apropriando-se de investimentos em criptomoedas.

Amorte de Santa Fausta deixou um rastro de sangue em São Paulo. Inconformada com o crime, a cúpula da facção ordenou as mortes de Cláudio Marcos de Almeida, o "Django", outro gigante do tráfico de drogas. Almeida foi obrigado a se enforcar em 27 de janeiro de 2022. Além dele, o tribunal do crime também determinou a morte de Nôe Alves Schaum, que foi esquartejado. Na véspera de Natal de 2023, Gritzbach escapou de um atentado em seu apartamento.

MEGA SENA. Muniz falou, ainda, sobre como ganhou na Mega Sena com Santa Fausta. "Eduardo (nome falso do traficante) estava na sala do declarante para realizar sua declaração de Imposto de Renda em

2021, quando um funcionário seu perguntou quem iria participar de um bolão. Foi quando Eduardo demonstrou interesse em participar dos jogos", registrou o depoimento. Santa Fausta lhe teria entregado R\$ 8 mil, ficando com três das cinco cotas do jogo. "Surpreendentemente, a apostar do declarante teria sido a premiada." Muniz disse que 5 prêmios ficaram em nome de sua mulher porque era ela quem buscava o dinheiro nas lotéricas perto da casa da família.

JOGOS. "Após o início de minha compulsão por jogos, eu joga todos os dias em todos os tipos de jogos possíveis, inclusive em compra de bolões", relatou o contador aos policiais, conforme depoimento. Muniz disse que não sabia quantas vezes ganhou nas apostas, mas falou em mais de 350 vezes, recebendo prêmios que variaram de R\$ 500 a R\$ 2 mil.

Investigação

Com valores maiores que os prêmios, apostas serviam para esquentar dinheiro ilegal, diz Denarc

Com os dinheiros dos prêmios, afirmou ter comprado duas casas para funcionários de seu escritório, adquirido três apartamentos e ajudado familiares em dificuldades, além de quitar uma dívida no valor de R\$ 6 milhões, o que explica, segundo ele, o fato de a justiça ter bloqueado apenas R\$ 500 mil em sua conta bancária.

Para a polícia, no entanto, o motivo foi outro. Em relatório sigiloso, o Denarc informou à Justiça que Muniz "transfere valores para as empresas de Anselmo (Santa Fausta)" que funcionários não mesmos estavam envolvidos naquele momento. "Por coincidência, neste mesmo imóvel, funciona uma PNA que João Muniz Leite foi sócio até o final de 2010," consta o relatório. Fernando José Santiago. "É inegável que Muniz praticou o crime de falsidade ideológica como meio de colaborar para o crime de lavagem de capitais em favor de Anselmo."

MARCOLA OBRENA: TRÊS MORTES E AMPLIA RACHA NO PCC. PÁG. A19

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

Investigações mostram que facção troca apoio político por cargos

No Ceará, ex-vereador morto era ligado a membros do Comando Vermelho; na Bahia, deputado é suspeito de elo com milícia

**HEITOR MAZZOCO
MARCELO GODOY**

Era uma sexta-feira em Itaitinga, cidade a 30 km de Fortaleza, quando um crime chocou a cidade de 64,6 mil habitantes. As 12h12 de 31 de agosto de 2018, o então vereador João Roberto de Oliveira Martins, eleito pelo PRTB, encostou seu Toyota Hilux em frente à Câmara Municipal. Segundos depois, um Palio Weekend parou no meio da rua. Três homens desceram do carro e dispararam em direção a Martins, que morreu alvejado por pelo menos dez tiros. Outras duas pessoas que estavam com o vereador conseguiram escapar.

Os integrantes do bando são apontados pelo Ministério Pú- blico do Ceará como membros da facção criminosa Comando Vermelho (CV), que surgiu no Rio na década de 1980 e tenta comandar áreas dominadas pelo crime em outros Estados. No entanto, os criminosos per- ceberam um ramo de negócio lucrativo na política, e, desde então, tentam se aproximar ca- da vez mais do poder público.

Crime e política
Criminosos colocam em cargos da administração pública parentes e aliados, dizem investigadores

pelo Tribunal do Júri de Fortale- za, Sousa foi sentenciado a 32 anos e um mês de prisão. Apontados como os atiradores, Rafael Alves Nunes, José Roberto de Braga Mesquita e Samuel Adami Barros Andrade, foram condenados a 32 anos e seis meses cada um. Todos os condenados entraram com recurso. O Estadão con- seguiu contato apenas com o advogado Francisco Marcelo Brandão, que defende José Flávio de Sousa. Ele confirmou que os sentenciados buscam reverter a decisão de primeiro grau e reduzir a pena.

CELULAR. Ainda no Ceará, em uma investigação da Delegacia de Combate às Ações Crimino- sas Organizadas (Draco), da Polícia Civil, em novembro de 2020 investigadores identificaram mais um indicativo de que os criminosos estavam cada vez mais interessados nas relações com o poder público. Eles tiveram acesso ao celu- lar de Almerinda Marla Barbo- sa de Sousa, conhecida como Irmã Ruiva, que recebia informações sobre movimentações políticas em cidades do litoral do Estado. O elo de Irmã Ruiva na "política" era Rener Castro de Sousa, segundo as investiga- ções. Os dois são apontados co- mo líderes do CV na região.

Em uma das conversas com Ruiva, no fim das eleições de 2020, Rener diz que seu apoio financeiro a alguns candidatos a prefeito e a vereador, em tro- ca de cargos, e que houve um "salve" (determinação) da or- ganização criminosa com a proibição de apoio a nomes aliados a um ex-deputado federal do União Brasil.

"Graciosa Deus, o homem en- trou, nosso vereador, nosso prefe- tu. Tu é doido, eu grude- que demais pela força que tu me deu", afirma Rener em um dos áudios transcritos pela polícia. Na conversa, Ruiva aconselha Rener a dizer para ele se dedicar mais ao mundo político e "deixar os negócios referentes à facção nas mãos dela".

A polícia não conseguiu iden- tificar os candidatos apoiados pela facção criminosa. Afir- maram também que não encon- traram provas que ligassem Re- nera políticos, já que as nomea- ções citadas pelo líder do CV não teriam ocorrido.

'OLHO GRANDE.' Para o Minis- trio Público do Ceará, há prava- dos do envolvimento de Rener com a facção. Isso porque, em uma das mensagens, ele afir- mava que colocaria outra pessoa em seu lugar para cuidar dos negócios enquanto estivesse

Irmã Ruiva recebia informações sobre movimentações políticas em cidades do Ceará de Rener Castro de Sousa; os dois são apontados como líderes do Comando Vermelho na região



SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA ESPECIALIZADA - DPE
DELEGAÇÃO DE REPRESSÃO ÀS AÇÕES CRIMINOSAS ORGANIZADAS - DRACO

Site: www.dpc.ce.gov.br

Site: www.dpe.ce.gov.br

Site: www.drao.ce.gov.br

Site: www.drcrime.ce.gov.br

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA



A7

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CRIME ORGANIZADO

Facções se infiltram no poder local para capturar contratos

Visando acordos milionários com prefeituras, criminosos se associam à política e buscam novas oportunidades de lucro e lavagem de dinheiro

Integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) estão se infiltrando nos municípios para capturar contratos milionários com prefeituras do País. A ação dos criminosos foi detectada nos últimos anos em investigações realizadas em São Paulo, Rio, Bahia, e Ceará, entre outros Estados. Para as facções, ao contrário das milícias, não é o domínio do poder local que está em jogo, mas a oportunidade de obter novos lucros e lavar o dinheiro do tráfico de drogas em atividades lícitas. É por isso que o apoio a candidatos a vereador e a prefeito é mais importante do que eleger deputados e senadores.

A partir de hoje, o **Estadão** publica uma série de reportagens com dados sobre a atuação do crime organizado no poder público. Documentos inéditos de investigações mostram o pagamento milionário de uma prefeitura, por meio de contratos aditivos, para empresas de transporte ligadas ao crime (*mais informações na pág. A8*). Ao mesmo tempo, um vereador teve a em-

presença apontada como elo para pagamento mensal a integrantes de organização criminosa. O envolvimento do crime, no entanto, tem consequências. Um ex-político, por exemplo, terá de arcar com o pagamento de multa por condenação pelo envolvimento com pessoas ligadas ao PCC. No Nordeste, a ação do Comando Vermelho culminou até com o assassinato de um parlamentar, como apontam investigações na região. Há ainda delícias de influência das clãs milicianos no Rio de Janeiro visando as próximas eleições.

CÂMARAS. “Se o PCC conseguir eleger um deputado terá apenas um entre 513 parlamentares. É muito mais interessante para seus integrantes ter acesso às Câmaras Municipais, onde são discutidos os contratos da coleta de lixo e as regras do transporte público e do uso e ocupação do solo”, disse o promotor Lincoln Galvão, do Grupo de Atuação Especial e Repressão do Crime Organizado (Gaceo), do Ministério Público de São Paulo.

Trata-se de um movimento silencioso, um passo fundamental na transformação de uma facção criminosa em uma organização mafiosa, o passo que parecia faltar para que uma gangue nascida no interior de um presídio se transforme em uma ameaça à segurança nacional. O **Estadão** ouviu

infiltrar na administração pública e na vida política, elegendo representantes suspeitos”, alerta o desembargador apresentado e ex-secretário nacional antidrogas, Walter Maierowitch. Esse é um processo que começou há 20 anos, quando Antônio José Muller Júnior, o Granada, viu nos perueiros de São Paulo uma oportunidade de negócios.

Granada foi condenado a 30 anos de prisão, na Operação Ethos, que investigou a Sintona das Gravatas, o departamento jurídico do PCC, e sua infiltrão no Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana. Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, o chefe do PCC, também foi condenado nesse mesmo processo. Granada está preso e seu advogado, Eliseu Minichilo, não foi encontrado pela reportagem.

O crescimento das organizações criminosas põe em risco não apenas os moradores de comunidades afetadas pelo tráfico, mas até mesmo os chefes de Poderes, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

Além de se infiltrarem no transporte público em São Paulo e em outras cidades do Estado, integrantes do PCC também teriam capturado contratos da área da saúde, da coleta de lixo e buscaram influenciar o uso e ocupação do solo em áreas de preservação ambiental. Para tanto, apoiaram ou financiaram candidatos nas eleições de 2016 e de 2020 em cidades como Arujá, Embu, Praia Grande, Santos e Campinas, conforme denúncias investigadas pela polícia. Em uma delas, o prefeito eleito nomeou um homem ligado à facção como secretário de governo. Em outra, os bandidos se apossaram da coleta de lixo. ■

MARCELO GODOY,
HEITOR MAZZOCO E RAYANDERSON GUERRA

Eleições municipais viram palco de atuação de organizações criminosas

Em Arujá, na Grande São Paulo, o esquema era liderado, segundo as investigações, por um dos maiores tráfico do PCC: Anderson Lacerda Pereira, o Gordo, que se espelhava no colombiano Pablo Escobar. E, assim, fraudava licitações, empregava protegidos, ameaçava concorrentes e desviaval medimentos comprados pelo município para miturar a cocaína traficada pela organização. A Operação Soldi Sorchy (dinheiro sujo, em italiano) levou para a cadeia, em 2020, o vice-prefeito da cidade, Márcio José de Oliveira, então no PRB (atual Republicano).

No Ceará e na Bahia, bandos do CV e milicianos montaram organizações para elegervereadores e influenciar a política em municípios por meio de contratos milionários com o poder

público, a exemplo do que já faziam no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. “Sabemos que esse é o próximo passo dessas organizações: a infiltrão no poder público em busca de oportunidades de negócios para lavar o dinheiro do crime”, afirmou Rogerio Sampalli, superintendente da PF em São Paulo.

No Estado de São Paulo, integrantes da Sintona Final do PCC, o órgão máximo da direção do grupo, estão entre os acionistas de empresas beneficiadas por repasses milionários do po-

der público, conforme mostram documentos e contratos analisados pela reportagem. Os bandidos estabeleceram ligações, segundo os investigadores, com políticos de quase todos os partidos, da esquerda de centro à direita.

Enquanto no Rio a Justiça Eleitoral procura barrar as candidaturas ligadas ou financiadas pelo crime, em São Paulo, o PCC começou a impor vetos à presença de cabos eleitorais de políticos adversários em comunidades dominadas pela facção na eleição de 2020 em cidades como Campinas e Praia Grande. Para os investigadores, esse cerne pode se ampliar nas próximas eleições de 2024.

O secretário municipal de Mudanças Climáticas de São Paulo, Gilberto Natalini, alerta sobre relação da presença do PCC e a criação de lotamentos clandestinos na última década em áreas de mananciais e Mata Atlântica. É este o cenário que faz as eleições de 2024 serem tão importantes para o crime organizado. ■ M.G., H.M. E R.G.



RIVERVIEW
CORPORATE TOWER

Traga sua empresa para o RiverView

Lajes de 900 m² a 2.300 m²

na região da Berrini.

Excelente localização com a
melhor condição do mercado.

(11) 93219-5032

www.riverviewtower.com.br

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

Milicianos lançam familiares na política para manter influência em áreas do Rio

Filha de Jerominho, chefe da 'Liga da Justiça' assassinado em 2022, é apontada como potencial candidata este ano

RAYANDERSON GUERRA
RIO

Em um Estado com um quarto do território dominado pelas milícias, o poder de grupos parcialitários no Rio se infiltra na política. Os grupos criminosos – formados, inicialmente, por ex-agentes das forças de segurança – ganham escala com o apoio de parte da população sob a veste de “mal menor”. A expectativa pela proteção rene-gada pelo Estado, no entanto, se mostrou terreno fértil para a arbitrariedade, a coação e a violência. A dominação dos bairros rende frutos eleitorais. Nomes ligados a líderes de milícias foram eleitos e construíram dinastias políticas que perduram até hoje.

As milícias deram poder a clãs políticos em seus respectivos redutos e converteram influência em votos. O ex-vereador do Rio Jerônimo Guimarães Filho, o Jerônimo, foi condenado por chefiar a “Liga da Justiça”, uma facção com domínio na zona oeste do Rio. De líder miliciano a parlamentar, Jerônimo foi político civil durante a década de 1970. Morreu assassinado a tiros em agosto de 2022.

Três nomes ligados a Jerônimo buscam manter a influência do clã na Baixada Fluminense e na capital do Estado. Carminha Jerônimo, filha do miliciano, foi eleita vereadora em 2008. Um feito para o grupo que conseguiu eleger a herdeira de Jerônimo mesmo presa em uma penitenciária federal de segurança máxima, acusada de coagir eleitores.

Um ano após ser eleita, Carminha foi cassada, mas voltou ao cargo em 2011 por decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Desde então, a herdeira do clã tenta voltar à cena política. Foi candidata em 2012 e 2020, mas não se elegeu. Este ano, seu nome é especulado para disputar novamente. Outros dois nomes próximos a Jerônimo também tentaram se eleger em 2022 e fracassaram: Jamir Júnior, candidato a deputado estadual, e Sérgio Porto, o Coronel Porto, a deputado federal.

Carminha, Jamir e Coronel Porto não responderam aos contatos do **Estadão**.

Para o professor do Departamento



Bairro de Santa Cruz, na zona oeste do Rio; deputada estadual é investigada por suspeita de ligação com milicianos que atuam na região

mento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) Lenir Pires, os milicianos buscam na política tradicional recursos para manter o controle da territorialidade. “Os grupos de extermínio no Rio de Janeiro sempre tiveram uma vinculação com a política. Sempre foi parte estrutural de grupos políticos para se estabelecer, para entrar em uma localidade, para estabelecer certa noção de ordem.”

LIGA DA JUSTIÇA. O elo com a milícia atinge também o irmão de Jerônimo, Natálino Guimarães, outro ex-policial e ex-político carioca. Os dois foram citados na Guiné das Milícias, em 2008 e, posteriormente, foram condenados por chefiar a Liga da Justiça.

O histórico familiar é semelhante: ex-policiais civis que já ocuparam cargos públicos sob as hostes da milícia e ficaram uma década atrás das grades. Natálino foi deputado federal antes de se eleger deputado estadual, em 2006. A filha de Natálino, Jéssica Guimarães, também tentou entrar na política. Em 2016, foi candidata a vice-prefeita de Suéd Haider (PMB) de Carapicuíba, no interior paulista. A chapá não foi eleita.

O professor Ignacio Cano, coordenador do Laboratório de Análises da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UERJ), destacou que as milícias buscam o poder na política por duas vias: a eleição direta de pessoas vinculadas a elas, como líderes dos grupos e famí-

“Os chefes acabaram visados, processados e condenados, e a milícia aprendeu que não era um bom negócio você se candidatar”

Ignacio Cano
Coordenador do Laboratório de Análises da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

liares, e por meio de pessoas que utilizam a máquina criminosa em bairros da cidade para aumentar o acesso a eleitores em troca de futuras benesses.

“Tanto pode ser elas (*milícias*) que vão definir as candidaturas que melhor representam os seus interesses, como também há políticos que vão recorrer a elas em função do reconhecimento das mesmas e por estarem dotadas de uma certa capacidade e com uma capacidade de exercer o constrangimento que pode resultar em votos”, disse o professor.

NAME DO PAI. Outra figura conhecida da política e das autoridades cariocas, Luiz André Ferreira da Silva, o Deco, é ex-vereador (PR-RJ). Ele foi eleito para a Câmara Municipal em 2008 e ficou preso entre 2011 e 2012. Acusado de homicídio, formação de quadrilha e extorsão, acabou condenado pela

Justiça do Rio a dez anos de prisão, em regime fechado, por integrar milícia que atuava nos bairros da Praça Seca, Campinho, Tanque e Quintino, nas zonas norte e oeste da cidade. Após deixar a prisão, passou a fazer campanha pelo filho, Daniel Carvalho (PTC), em 2020, para dar continuidade à trajetória do clã na política. Carvalho não foi eleito.

A última eleição, o filho de Deco usou o nome do pai para atrair votos: Daniel Carvalho Deco. Mesmo após a derrota, o grupo planejou voltar à cena política em 2024 em mais uma candidatura à Câmara Municipal. O **Estadão** não conseguiu localizar Daniel Carvalho.

O perfil de candidatos apoiados pelas milícias mudou ao longo dos anos, segundo o professor Ignacio Cano. “As milícias que foram mais perseguidas foram justamente aquelas que tinham mais visibilidade política. A Liga da Justiça, Jerônimo... Essas pessoas que tinham se candidatado e sido eleitas, que juntaram controle violento da milícia com o controle do patrimonialismo brasileiro, de levar recursos públicos para sua comunidade.”

“Eles acharam que, ao se candidatar, estariam protegidos, com imunidade parlamentar, mais proteção. O que aconteceu foi o contrário. Os candidatos eleitos eram os milicianos mais conhecidos, os chefes da milícia. Os chefes acabaram visados, processados e condenados, e a milícia aprendeu que não era um bom negócio você se candidatar”, afirmou Cano.

‘MADRINHA’. Considerado o líder miliciano “mais procurado” do Estado do Rio, Luiz Antônio da Silva Braga, o Zinho, viu sua estrutura de poder paralelo ruir em dezembro do ano passado. Foragido desde 2018, ele se entregou à PF na véspera de Natal e foi encaminhado à Penitenciária de Bangui I, de segurança máxima.

A prisão do miliciano no Estado do Rio, Em 18 de dezembro, a deputada estadual Lucía Helena Pinto de Barros, a Lucinha (PSD), foi afastada do cargo sob suspeita de envolvimento com a milícia. Ela foi alvo da Operação Batismo, deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do Rio.

A investigação apontou que a deputada e uma assessora se encontraram, ao menos 15 vezes com integrantes da milícia que atua na região de Campo Grande, Paciência e Santa Cruz, na zona oeste da capital fluminense. Há indícios de que a “madrinha”, como Lucinha foi identificada, atuou para soltar milicianos presos em operações do Battalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões.

Lucinha retornou ao cargo na semana passada. Em discurso na Assembleia Legislativa, afirmou não ter sido ouvida no processo. “Estou aguardando o acesso integral as investigações”, disse. Nas redes sociais, negou envolvimento com organizações criminosas. “Nunca fui braço de milícia.” O **Estadão** tentou contato com a deputada, sem sucesso. A defesa de Zinho não se manifestou. ■



William Waack

Jogo do perde-perde

Uma das bolhas comemorava e a outra lamentava o fato de o Congresso ser forte e o governo fraco. Para o País, é um jogo de soma zero. Lula diz que sabia da extraordinária mudança na relação de forças entre os poderes Legislativo e Executivo, mas preferiu confiar no gogó e no STF para enfrentar um problema que se tornou estrutural. O resultado não são apenas derrotas para o governo, como aconteceu nesta semana. É paralisia.

As principais questões de mérito em disputa entre os dois Poderes estão subordinadas ao embate político ideológico de curto prazo — e à popularidade do presidente, agora sob os cuidados de sua mulher (que ocupou parte do antigo estado maior petista). O exemplo mais evidente foi a questão da taxação das “businhas”.

Nela está embutido um debate mais amplo sobre como reavivar a indústria nacional, ou seja, como tratar um setor vital para o emprego de qualidade, prosperidade, renda e projeção do País, e que vem diminuindo há décadas. A discussão surgiu de um jabuti enfadado num programa de rádio à industria automotiva. Virou um bate boca sobre “bugigangas” que, segundo o presidente, atraem sobre tudo mulheres.

A reforma tributária vai pelo mesmo caminho. Sua regularização é decisiva para toda a economia, mas vem apon- tada por especialistas como um notável avanço do Fisco sobre o contribuinte. Duas dezenas de frentes parlamentares se articulam no Congresso para combater as propostas do Executivo (leia-se Recita). Prometeu seu longo embate entre um Congresso dedicado a proteger interesses setoriais contra um governo que só pensa em arrecadar.

A disputa em torno da one-

mentação é decisiva para toda a economia, mas vem apon- tada por especialistas como um notável avanço do Fisco sobre o contribuinte. Duas dezenas de frentes parlamentares se articulam no Congresso para combater as propostas do Executivo (leia-se Recita). Prometeu seu longo embate entre um Congresso dedicado a proteger interesses setoriais contra um governo que só pensa em arrecadar.

A disputa em torno da one- mentação é decisiva para toda a economia, mas vem apon- tada por especialistas como um notável avanço do Fisco sobre o contribuinte. Duas dezenas de frentes parlamentares se articulam no Congresso para combater as propostas do Executivo (leia-se Recita). Prometeu seu longo embate entre um Congresso dedicado a proteger interesses setoriais contra um governo que só pensa em arrecadar.

A disputa em torno da one-

mentação é decisiva para toda a economia, mas vem apon- tada por especialistas como um notável avanço do Fisco sobre o contribuinte. Duas dezenas de frentes parlamentares se articulam no Congresso para combater as propostas do Executivo (leia-se Recita). Prometeu seu longo embate entre um Congresso dedicado a proteger interesses setoriais contra um governo que só pensa em arrecadar.

O Congresso é forte mas não tem uma direção central, a não ser quando se trata de defender um “bem comum” a todos os parlamentares, que são as emendas. Tem imposto limites ao Executivo e sinalizado que só pensa em arrecadar.

A disputa em torno da one-

dignos desse nome, o Congresso forte não se constitui numa instância capaz de “pensar” o País de forma organizada.

O governo é fraco não só por ser minoritário no Legislativo, mas pela falta de estratégias e planos bem definidos, mecanizado por uma política econômica que se resume até aqui em arrecadar e gastar esperando que as coisas se arremunhem (quando não está propondo redimir esquemas antigos que fracassaram). As bolhas exageram “vitórias” e “derrotas” onde no momento somos todos perdedores. ■

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA VIVA, DA CNN

SEB, Carlos Pereira e Diogo Schipf (jornalismo) • TER, Eliane Cantanhede e Carlos Andreuza • QUA, Vera Rosa e Marcelo Geddy (jornalismo) • GUI, William Waack • SEX, Eliane Cantanhede • SÁB, Carlos Andreuza • DOM, Eliane Cantanhede e JR. Gazzo

São Paulo

Indiciado por associação ao PCC se apresenta como dirigente do PRTB

Tarcísio Escobar foi nomeado presidente do partido por três dias; ele segue atuando em nome da legenda no Estado

HEITOR MAZZOCO

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) nomeou como presidente do diretório paulista um indicado por associação para o tráfico e organização criminosa envolvendo o Primeiro Comando do Capital (PCC). O PRTB anunciou na última sexta-feira o empresário e coach Pablo Marçal como pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. No dia 18 de março deste ano, a legenda designou Tarcísio Escobar de Almeida para responder por ela em âmbito estadual. Três dias depois, ele foi desligado oficialmente. Apesar disso, Escobar continua a participar de encontros políticos nos quais ainda se apresenta como presidente da sigla.

Conforme apurou o **Estado**, ele participou de atos em sedes da legenda e articulou politicamente em nome do PRTB, firmando alianças da sigla em todo o Estado. Os dados foram levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Polícia Civil de São Paulo e Ministé-



Dados do TSE sobre nomeação de Tarcísio Escobar no PRTB de SP

rio Público Estadual (MPE). O indiciamento de Tarcísio Escobar pela polícia judicial ocorreu em julho de 2023. A investigação contra ele se iniciou após documentos que indicaram sua suposta relação com a facção serem apreendidos com um criminoso preso em flagrante.

A reportagem confirmou o indiciamento com integrantes da Polícia Civil, que reforçaram que outros desdobramentos do caso continuam em apuração.

Tarcísio Escobar não aparece na lista de filiados do partido, e, segundo o sistema do TSE, está com o título eleitoral suspenso. Mesmo assim, continua figurando em vídeos e eventos públicos como líder paulista do PRTB, negociando adesão da legenda a pré-candidatos em cidades paulistas.

“Tarcísio Escobar não faz parte do diretório estadual do PRTB de São Paulo e, portanto, não possui legitimidade para falar em nome do partido. Embora tenha atuado na gestão anterior, ele foi mantido no posto provisoriamente por apenas três dias”

Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)
Em comunicado oficial

Em alguns casos, os eventos acontecem nas sedes municipais do PRTB. Ontem, ele publicou imagens na região de Rio Preto, com pré-candidatos de Olímpia e Catanduva.

Além do indiciamento por

associação ao PCC e ao tráfico, Tarcísio Escobar também foi condenado em primeira instância por estelionato em Póa, na Grande São Paulo, e responde pelo mesmo crime em Barueri, também na região metropolitana.

Ele foi colocado de maneira provisória no comando do partido em seu âmbito paulista, depois de Leonardo Alves de Araújo, conhecido como Leonardo Avalanche, assumir o comando da legenda na esfera nacional em fevereiro deste ano. Hoje, o presidente estadual da legenda em São Paulo registrou no TSE o Joaquim Pereira de Paulo Neto, que não foi localizado pelo **Estado**.

Procurado, Leonardo Avalanche não explicou as razões de Tarcísio Escobar ter sido registrado como presidente e registrado formalmente da direção três dias depois. Sobre ele continuar articulando e se apresentando como presidente da legenda, Avalanche disse ter visto Escobar em alguns eventos, mas alegou não ter contado a ele. “Não, não fiquei ciente, desconheço isso (indiciamento de Escobar). Mas ele se apresenta como presidente? Ele não está ativo no partido. Não tenho muito contato. Vi ele em alguns eventos, mas igual eu vejo (outros) em todos os Estados também. A gente não definiu um grupo e eu sou recente na direção”, argumentou ao **Estado**.

SEM RESPONSTA. Escobar e um advogado que figura em sua defesa em um processo criminal foram procurados, mas não responderam à reportagem até a noite de ontem. Pablo Marçal foi procurado por meio de sua assessoria, que se limitou a afirmar que a informação estava equivocada. Ao ser questionado novamente, não respondeu se sabia do indiciamento de Es-

coabar.

O PRTB afirmou, em nota divulgada após a publicação da reportagem, que Tarcísio Escobar não faz parte do diretório estadual de São Paulo “e, portanto, não possui legitimidade para falar em nome do partido”. Embora tenha atuado na gestão anterior, ele foi mantido no posto provisoriamente por apenas três dias, enquanto ainda estavam reforçando a nova equipe da atual direção.”

Uma semana depois de deixar oficialmente a presidência estadual do partido, Tarcísio Escobar se encontrou com o vice-prefeito de Santo André, Luiz Zácarias (PL), em São Paulo. O vídeo do encontro, publicado por Zácarias no dia 27 de março no Instagram, contou com a presença do deputado federal Fernando Marangozzi (União-SP), que apresenta Tarcísio Escobar como “presidente estadual do PRTB em São Paulo” e declara apoio a Zácarias como pré-candidato em Santo André.

Procurado anteontem, Zácarias não havia se manifestado até a noite de ontem.

SURPREENDIDO. “É com profunda indignação que tomo conhecimento das denúncias veiculadas ao senhor Tarcísio Escobar. Fui surpreendido pela imprensa com denúncias ao então presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), contrárias aos valores e princípios que regem a minha trajetória política”, afirmou Marangozzi. Ele disse que encaminhou o caso ao jurídico do União Brasil, ao qual é filiado. Em uma série de reportagens divulgadas nos últimos meses, o **Estado** mostrou elo do PCC com o poder público. Os supostos envolvimentos vão desde fraude em licitações até ameaças. ■

A8



POLÍTICA

QUINTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

Articuladores de sigla de Pablo Marçal trocavam carros por cocaína, diz polícia

Investigação apura envolvimento de dois homens da confiança do presidente nacional do PRTB em operações de tráfico de drogas do PCC; indiciados, eles alegam inocência

HEITOR MAZZOCO
MARCELO GODOY

Antigos aliados do presidente nacional do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e articuladores informais da legenda de Pablo Marçal foram indicados, em investigação da Polícia Civil, portar carros de luxo por cocaína para o Primeiro Comando da Capital (PCC), financeiro o tráfico de drogas e dividindo os seus lucros. A apuração policial envolve Tarcísio Escobar de Almeida, ex-presidente estadual do PRTB – pelo qual o influenciador digital disputa a Prefeitura de São Paulo –, e Júlio César Pereira, o Gordão, sócio de Escobar que participou de eventos do PRTB.

Com forte atuação nas redes sociais, a candidatura de Marçal tem crescido nas pesquisas de intenção de voto. No levantamento da AtlasIntel divulgado ontem, ele aparece com 16,3%, atrás do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), com 28,5% das intenções de voto, e do prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 21,8% (mais informações na página *ao lado*).

Escobar e Gordão eram homens de confiança de Leonidas Alves Araújo, o Leonardo Avalanche, presidente nacional do PRTB e fadão da cidadania de Marçal. No dia 18 de março, Avalanche nomeou Escobar para ocupar a presidência estadual da legenda em São Paulo, mas ele ficou apenas três dias no cargo, sendo afastado, oficialmente, porque “não tinha títulos de eleitor”.

Mesmo assim, Escobar continuou a se apresentar como presidente estadual do partido em reuniões políticas até o caso ser revelado pelo *Estadão* em maio. Ele chegou a participar de eventos com a presença de Marçal, que se filiou ao PRTB em 5 de abril e teve a pré-candidatura confirmada pela legenda em 24 de maio. Apesar da atuação nos bastidores, Escobar e Gordão não foram vistos em agendas públicas do candidato do PRTB na campanha eleitoral, como debates, sabatinas e caminhadas pela cidade.

Procurados, os indiciados negaram qualquer ligação com a facção criminosa. Avalanche disse ter rompido com Escobo-

bar após as primeiras notícias do *Estadão*. Depois da publicação da reportagem, Marçal comentou pelas redes sociais não pedir “certidão negativa de nenhuma”. “Já tirei 20 mil fotos nessa campanha.” Em entrevista recente, antes do debate na TV Band, ele afirmou que Avalanche é quem devia explicarções sobre as suspeitas.

PEON DRIVE. Escobar e Gordão foram indicados pela polícia em 2022. As investigações continuam. Foram iniciadas em 6 de agosto de 2020, quando os policiais apreenderam com Francisco Chagas de Sousa, o Coringa – dono de uma adega na zona leste de São Paulo –, uma arma, drogas, um telefone celular e um pen drive. Segundo a polícia, no pen drive havia “material relacionado ao controle de integrantes do PCC”.

A 1ª Vara de Crimes Tributários, Organizada Criminosos e Lavagem de Bens e Valores da Capital autorizou a continuidade das investigações, que concluíram que Coringa atuava “distribuindo” no tráfico interestadual. Ele usava automóveis como forma de pagamento de drogas que adquiria no Paraná e para transportar entorceentes aos seus “clientes”, tráfico “em larga escala” na Paraíba e em São Paulo. Nas conversas telefônicas de Coringa, os policiais acharam ligações para Gordão.

O nome de Escobar surge em 30 de julho de 2020. Naquele dia, Gordão pede a Coringa ajuda para vender uma BMW X5. Ele diz que Escobar lhe explicaria o negócio. Segundo os investigadores do caso, o lucro do tráfico de drogas obtido por Coringa seria dividido com Gordão e Escobar.

“Nos diálogos mantidos entre ambos (*Coringa e Gordão*), ficou evidente tratar-se de negociação de veículos com o fim deles sejam trocados por drogas”, escreveram os investigadores chefiados pelo delegado Alex Endo, da Delegacia Seccional de Mogi das Cruzes.

Embora a droga não passasse diretamente pelas mãos dos acusados, afirmaram os policiais, eles tinham pleno conhecimento de que os valores que entregavam a Coringa, “seja em espécie ou por meio de automóveis”, seriam usados para aquisição de



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária do Meio Social/DEMARC
Delegacia Especializada de Fatos do Rio das Ostras
Setor de Investigação Geral – SIG

interna de pessoas de seu patão Milton para ocultação de valores que este transava com Francisco, não se comprava cojetivamente que definitivamente de que tais transações estariam relacionadas diretamente ao financiamento do tráfico de drogas.

Havia comparação bancária de tais transações (pág. 13/14 do relatório de investigação), bem como apontamentos em relação ao margeamento do COAF que confirmam as remessas de valores de firma suspeita. Ademais tanto Milton quanto Escobar realizaram movimentações de valores (fls. 21/29 dos autos principais), porém sob alegação de compra e venda de veículos sem qualquer relação com o tráfico de drogas.

3 - JULIO CESAR PEREIRA - vulgo "GORDAO" ou "J". RG.

No inicio das investigações foram encontrados diálogos no aparelho celular de Francisco das Chagas (Coringa) relacionados aos supostos investidores no tráfico de drogas (JULIO CESAR PEREIRA e TARCISIO ESCOBAR DE ALMEIDA), que forneciam veículos a Coringa para que este os remetesse ao Paraná (para Marcos Francisco e Devar) em troca entrepreendendo-se a compradores em larga escala (Carlos Eduardo Ferreira de Melo e outros não identificados). Em seguida, dividindo o lucro obtido com Júlio e Tarcísio

Trecho do inquérito que cita os nomes de Gordão e de Escobar

drogas, “gerando lucro exorbitante – ou seja, que jamais aufeririam se houvessem uma marca comercialização de carros”.

De acordo com a polícia, o esquema funcionaria da seguinte forma: Escobar e Gordão, investidores no tráfico, entregavam veículos a Coringa, que os enviaiam para o Paraná para serem trocados por grandes quantidades de drogas. Os entorceentes eram então divididos entre os compradores em larga escala o lucro obtido era dividido entre os três.

Acusação
Na campanha, Marçal tem insinuado, sem apresentar provas, que Boulos (PSOL) é usuário de cocaína

EVENTOS DO PRTB. Apesar de ter figurado oficialmente como presidente estadual do PRTB por apenas três dias, Escobar participou de diversos eventos e encontros partidários depois de seu afastamento, ainda em março. Nesta lista, há, inclusive, uma reunião na Assembleia Legislativa de São Paulo ao lado de Avalanche. Segundo o advogado Joaquim Pereira de Paulo Neto, que se tornou presidente da legenda em São Paulo, o verdadeiro comandante da sigla ainda era Escob-

ar, pelo menos até o *Estadão* revelar sua relação com o PCC.

Uma semana depois de deixar oficialmente a presidência partidária, Escobar teve um encontro com o vice-prefeito de Santo André, Luiz Zácarias (PL), como representante do PRTB. Zácarias disputa a eleição deste ano e nega conhecimento sobre as investigações envolvendo o Escobar. Embalir, o ex-presidente do PRTB paulista participou de evento de apoio ao pré-candidato Marcelo Lima (Podemos), em São Bernardo do Campo, também no ABC Paulista.

A assessoria de imprensa de Lima afirmou que a construção da aliança com o PRTB, para a eleição de prefeito em São Bernardo do Campo, passou por um contato direto com a Executiva Nacional do PRTB, sem influência do Diretório Estadual. “Salientamos ainda que não existe nenhuma associação direta com a pessoa mencionada na matéria.”

Há registros de locação de aeronaves para participação de reuniões políticas em Marília, interior paulista, em viagem feita em maio por Marçal e Escobar, entre outros. Na ocasião, eles se encontraram com João Pinheiro, então pré-candidato pelo PRTB na cidade. Escobar também participou de encontros nas regiões de São

Em celular, conversas sobre o 'batismo' de membros do PCC

Em buscas feitas na casa de Júlio César Pereira, o Gordão, os policiais civis encontraram um telefone celular onde conseguiram recuperar conversas relacionadas ao PCC. Em um dos audios, Gordão conversa com Rafaela Peixoto, o Buchecha. Este disse que tinha uma lista com “nomes completos, querida e batismo”. Seria uma referência ao controle feito por líderes da facção dos membros sob seu comando. “As informações estavam no pen drive usado pela facção criminosa como forma de controle de inclusão e exclusão de membros”, escreveram os investigadores. ■■■■■

José do Rio Preto, Olímpia e Catanduva, sempre se apresentaram e sendo apresentado como presidente do partido.

ALIANÇAS. A atuação pública de Gordão no partido foi mais discreta. Ele aparece apenas em uma reunião política em Pinindanhangaba. O encontro ocorreu em abril e reuniu o então pré-candidato Ricardo Piorino (PL) para discutir alianças para este ano. Porém, Piorino afirmou que não há relação entre os integrantes do PRTB da cidade com os investigados. “Temos a informar que nossa coligação ‘Pinda Pra Frente’ é integrada pelo PRTB, todavia não existe nenhum outro vínculo que não seja político-partidário,” disse.

Em junho, após o *Estadão* revelar o indicamento de Escobar por associação ao PCC, ele e Avalanche romperam. O motivo, porém, teria sido político. As divergências partidárias em âmbito nacional aumentaram com acusações feitas por ex-alíados de Avalanche. Em vídeo, Joaquim de Paulo Neto e Escobar afirmaram que Avalanche não cumpriu acordos e se sentiam traídos. ■

COLABOROU ADRIANA VICTORINO

MP INVESTIGA CONSTRUTORA POR SUSPEITA DE LAVAR DINHEIRO DO PCC. PÁG. A19

AG



POLÍTICA

TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

Investigações revelam investida do PCC para eleger candidatos da facção

Inquéritos policiais mostram que organização criminosa utiliza dinheiro do tráfico de drogas para tentar emplacar vereadores e, assim, capturar setores do poder público

ESTADÃO ANALISA

MARCELO GODOY
HEITOR MAZZOCO

Anderson Sarsak Obam Pereira, o Gordão, teve uma grande ideia em 2016, como muitas que ele registrava em cadernos, com uma caligrafia clara: financeirizar a chapa de um candidato a prefeito na cidade de Arujá, na Grande São Paulo. Deu certo. Em pouco tempo, o mega traficante de drogas que sonhava seguir os passos do colombiano Pablo Escobar se apoderou da coleta de lixo e da Secretaria da Saúde do município.

Aos poucos, além de empregar em hospitais da cidade apadrinhados da facção, Gordão passou a desviar fentanil, um opioido. O desaparecimento de um antigo funcionário de traficante – a polícia suspeita que seu corpo tenha servido de alimento para jacarés que Gordão mantinha em um sítio – levou a polícia a descobrir o esquema durante a Operação Roldão Sorphi (dinheiro sujo).

De 2016 para cá a investida se expandiu. Quatro anos depois, candidatos tucanos foram impedidos de fazer campanha em comunidades dominadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em Campinas, em Santos e na Praia Grande. Áudios com ameaças a candidatos foram encontrados pela polícia, que passou a acompanhar carreatas e atos de campanha dos tucanos em Santos.

Este ano, a campanha mal começou e a sombra do PCC já ameaça partidos e candidatos. Não apenas como alvo dos criminosos, mas também de um esquema de infiltração nas eleições patrocinado por investigados por supostos vínculos com a facção. Foi o que mostrou a Operação Decílio, deflagrada pela Delegacia Seccional da cidade de Mogi das Cruzes.

O juiz Paulo Fernando Derocha de Mello, da 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminsa e Lavagem de Bens e Valores do Capital, decretou o bloqueio de R\$ 8,1 bilhões em bens relacionados ao PCC e medidas restritivas de direito contra dois candidatos a vereador – Marie Sasaki Obam (União



Operação Salus et Dignitas, aberta na semana passada em SP; um dos alvos da ação contra o PCC já se candidatou à Câmara Municipal

Brasil) em Mogi das Cruzes e Thiago Rocha de Paula (PSD) em Santo André –, proibindo-os de se ausentarem das comarcas e de sair de casa no período noturno, além de não poder exercer cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo. O chamado “núcleo político” do grupo seria liderado por João Gabriel de Mello Yamawaki, um dos responsáveis por um dos maiores esquemas de lavagem de dinheiro da facção. Ele teve a prisão decretada.

Restritivas

Juiz decreta medidas restritivas contra dois candidatos a vereador em Mogi e em Santo André

Para os investigadores, Marie Sasaki Obam “seria apoiada pela facção”. O nome de Mariana consta na ata da convenção do União Brasil da cidade como candidata a vereador. “Ao longo da investigação ficou confirmado que tem um relacionamento estável com João Gabriel e reside com esse mesmo e com seus filhos em um condomínio de luxo em Mogi das Cruzes”, diz a investigação.

O União Brasil cancelou a candidatura de Marie Sasaki Obam. Sua defesa, que também representa João Gabriel Yamawaki, afirmou que as acusações são infundadas e ca-

recem de provas. A reportagem ligou para Thiago de Paula e deixou recado, mas não houve resposta.

DIRIGENTE. Foi também de Mogi que saiu, pouco tempo antes, a primeira notícia de envolvimento de um líder partidário com a facção. O Estadão mostrou que o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) teve na presidência Tarcísio Escobar de Almeida, indicado por associação para o tráfico e organização criminosa: o PCC. Trata-se do partido do empresário e influenciador Pablo Marcal, candidato à Prefeitura de São Paulo.

Treis dias depois de ser nomeado, Escobar foi desligado oficialmente. Apesar disso, ele continua a participar de encontros políticos nos quais se apresenta como presidente da legenda. Agora é a vez de o presidente nacional do partido, Leonardo Avalanche, ser flagrado em estúdio afirmando ter ligações com a facção. O PRTB e os citados negam irregularidades.

TRANSPORTE. Nesta ano, o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gacoo) deflagrou a Operação Fim da Linha, a maior feita até o momento contra a captura do transporte público pelo crime organizado. Além do bloqueio de R\$ 684 milhões em bens, a operação obteve da Justi-

cia a intervenção nas empresas de ônibus UPBus e Transwolff porque o capital social das telas dela só constituído com dinheiro do tráfico de drogas de integrantes da facção.

Entre os acomilhas da UPBus, por exemplo, estão líderes do PCC e seus parentes. Esse é um fato conhecido desde 2022, quando foi feita a primeira operação policial contra a presença da facção na empresa. Apesar disso, a UPBus continua a receber milhões em repasses da Prefeitura e novos contratos foram assinados por Ubiratan Antonio da Cunha, presidente recentemente por ameaça a testemunhas. A Prefeitura alega que apurava o caso, no entanto a farra do PCC só acabou após a ação do Gacoo.

CÂMARA MUNICIPAL. Já o inquérito sobre as ligações da Transwolff com o crime organizado atingiu o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), que teve os sigilos bancário e fiscal quebrados pela Justiça em razão da suposta ligação com chefe da empresa. Leite suspeita as suspeitas, contudo a investigação está em curso.

A situação em São Paulo se estende da periferia, onde a atitude das empresas de ônibus suspeitas, ao centro, onde a Operação Salus et Dignitas (saúde e dignidade) surpreendeu um ecossistema criminoso que

uniu guardas-cívicos e policiais militares a bandidos do PCC na exploração de oportunidades e negócios que iam da venda de proteção para comerciantes ao tráfico de armas e drogas. Foi na região da Cracolandia que o PCC estabeleceu seu domínio no coração da cidade, sob as ordens de Leonardo Monteiro Moja, o Leo do Moinho.

VIGILÂNCIA. E no grupo de Leo do Moinho, mais uma vez, apareceu a sombra do PCC na política. É que entre os presos da Operação Salus et Dignitas figurava Janaina da Conceição Cerqueira Xavier, acusada de estar entre os responsáveis pelo esquema de vigilância das comunicações policiais montado na Pólvora do Moinho. Janaina foi candidata a vereadora pelo PT em 2020, quando obteve 283 votos. O partido procurou se desvincular da história de Janaina e afirmou que a acusação contra ela não existia à época da candidatura.

Os fatos servem de alerta aos partidos. Do PT ao PRTB de Marcal, passando pelo MDB do prefeito Ricardo Nunes e pelo União Brasil de Milton Leite. A cada operação contra o crime organizado, uma nova ligação do submundo mafioso com a política é descoberta, o que demonstra às legendas a necessidade de criar mecanismos para evitar a infiltração das facções. ●

DOMINGO, 6 DE OUTUBRO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

ESPECIAL

09



Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

Facada em Boulos

O correto seria que o ultradaje contra Guilherme Boulos funcionasse como a favor de Boulos, como a facada de Adélio em Jair Bolsonaro alavancou a vitória de Bolsonaro em 2018. Mas não. Desta vez, títulos, fotos, análises e repercussões focam o criminoso, não a vítima. Caimos todos na sua armadilha, ou na estratégia demoníaca de sugar não apenas a eleição em São Paulo, mas toda a eleição de 2024 e toda a mídia para um único exílio, um único nome.

Com milhões de indecisos, desinformados, irritados ou querendo ver o circo pegar fogo, imaginem o eleitor que não prestou a devida atenção à elei-

ção e se vê numa fila para votar e de cara com uma urna. Acaba votando no antitudo ou no primeiro nome que lhe vem à mente: aquele que todos nós passamos meses e meses falando dia e noite.

Depois do debate da Globo, elas uma das perguntas mais frequentes nas redes: "quem é o prefeito de São Paulo?" Os eleitores não sabem o nome de Ricardo Nunes, que ocupa o cargo há dois anos, é apoiado, em tese, por Bolsonaro, o governador Tarcísio de Freitas e 12 partidos, participou de todos os debates e teve 65% do tempo de rádio e TV. Mas todos sabem o nome "dele", o adverádior diretor de Nunes no 1º turno.

O método é simples, óbvio e de uma eficiência atormentante: o boné, sotaque, camisetas, grosseria, provocação, agressividade, o script milimetricamente pensado: a irritação dos adversários.

Golpe final para manter toda a eleição e todos nós em torno de um único exílio, um único nome

Rios até levar a cadeirada, o soco no marquês de Nunes, as cenas da ambulância e do hospital, a mensagem da "costela quebrada", o "gesso oncocriogênico" retirado no dia seguinte para ampliar

o alcance da cafajestagem.

Falou-se do gesso, da falsificação do gesso e, por fim, da retirada do gesso. Coisa de gênero, gênero da propaganda, fake-news, redes. E do mal. A fórmula Donald Trump e os algoritmos da internet são um sucesso estrondoso e se espalham pelo mundo com a rapidez e o mesmo efeito devastador das queimadas na Amazônia.

Pensem bem. O "laudo" incriminando Boulos explodiu numa sexta feira à noite, a dois dias da eleição, o mês depois que o "assassino" já morreu, seu CRM não existe mais, a identidade estava errada, a assinatura diferente e, num piscar de olhos, pipocam fotos da amiza-

de do dono da clínica com o autor da barbaridade. E mais: Boulos não estava em clínica nenhuma naqueles dias e sim, vejam bem, distribuindo cestas básicas na periferia.

Não foi preciso mais que alguns minutos, uns tantos telefones e uma passada de olhos para concluir que o "laudo" foi uma farsa para ser rapidamente demolida como farra, com pastros expostos à luz do dia. Logo, o objetivo não era atingir Boulos, era mais: uma vez sugar todos nós e toda a eleição para o mesmo exílio, o mesmo nome. O golpe fatal. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDERDORADO, DA RÁDIO JORNAL (IPB) E DO TELEJORNAL GLOBONNEWS EM PAUTA

SEB: Carlos Pereira e Diogo Scheff (quincenaismente) • TER: Eliane Cantanhêde e Carlos Andradezzi • QUA: Vera Rossi e Marcelo Godoy (quincenaismente) • QUI: Willian Waack • SEX: Eliane Cantanhêde • SÁB: Carlos Andradezzi • DOM: Eliane Cantanhêde e JR. Guzzo

PCC se destaca como a sigla mais citada na campanha

Acusações de ligação com a facção criminosa motivaram polêmicas e ações judiciais em SP; só três candidatos, porém, foram barrados

HEITOR MAZZOCO
MARCELO DODDY

Não foi o PL, o PSOL, o MDB, o PSDB ou o PT. A sigla mais citada nas campanhas foi PCC (Primeiro Comando da Capital), presente na boca dos candidatos em São Paulo desde o primeiro debate. Só recentemente houve trêves investigações que detectaram um esquema milionário da facção para financiar candidaturas, além de flagrar integrantes de partidos negociando drogas e apurar a captura de parte do transporte público pelos criminosos.

Os casos citando a facção criminosa entraram na disputa também por meio de ações na Justiça Eleitoral. Se a capital concentrou os maiores conhecimentos embates, cidades pequenas e médias também foram saudadas por acusações. "O cenário atual é de aumento da presença da facção nas eleições", afirmou o delegado Fabricio Inteliziano, responsável pela Operação Decurio.

Autor do livro *Máfia, Poder e Antimáfia* (Editora Unesp), o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo Wáller Fanganiello Maiorovich disse não se surpreender

com a atuação do PCC nas eleições. Isso porque a dinâmica da infiltração é parecida com a ocorrida na Itália – com a Cosa Nostra, por exemplo, na Sicília. "Você pode pegar reportagens antigas do *Estadão* e ver que eu estou sempre batendo nisso, há muitos anos."

Segundo ele, a máfia impõe suas leis e interesses. "Ela tem controle social e manda na sociedade. Ela tem interesse no Estado, atua como um parasita, para pegar o poder", afirmou o jurista, para quem o PCC segue o mesmo ritmo.

Para o cientista político José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo (USP), a presença do PCC é um dos aspectos mais drásticos do pleito.

"A progressiva degradação do processo político propriamente dito criou, de um lado, uma síndrome de desconfiança, rejeição e distanciamento das pessoas das instituições e do mundo da política e, de outro, um vazio que foi sendo ocupado por um novo tipo de players que, longe do processo político oficial, atendem a algumas necessidades da base da sociedade, falando a linguagem que essa base entende e assim se legitimam".

José Álvaro Moisés

Cientista político

"A progressiva degradação do processo político propriamente dito criou, de um lado, uma síndrome de desconfiança, rejeição e distanciamento das pessoas das instituições e do mundo da política e, de outro, um vazio que foi sendo ocupado por um novo tipo de players que, longe do processo político oficial, atendem a algumas necessidades da base da sociedade, falando a linguagem que essa base entende e assim se legitimam"

José Álvaro Moisés

Cientista político

em disputas eleitorais se dá por todo o Estado, espalhando-se para além da Grande São Paulo e do litoral. A polêmica ligando um candidato ao crime organizado sacudiu, por exemplo, a eleição em São José do Rio Preto, a maior cidade do noroeste do Estado, com 408 mil habitantes. Ela atingiu o deputado estadual Itamar Borges (MDB), candidato a prefeito à frente de uma coligação que une 12 le-

gendas. Fotos de uma reunião com um vereador da cidade e outros 11 homens foram divulgadas em redes sociais. Nelas estava Alison Takashi, condeneada a cinco anos de prisão por ter sido detida com 2,7 quilos de crack. Ao mesmo tempo, se dizia que ali havia uma liderança da facção. A reportagem não localizou Takashi.

A defesa de Itamar entrou com uma ação na Justiça Eleitoral e forceou os números dos três telefones que teriam sido usados para divulgar fotos e textos contra o candidato. A suspeita é de que a acusação de ligação com o PCC seja responsabilidade de adversários. Seu advogado, Valdemar Alves dos Reis Júnior, declarou ao *Estadão* que esta é a primeira eleição em que o PCC passou a ocupar um espaço central na campanha.

CAPITAL. A campanha em São Paulo foi marcada por acusações. Apenas no mês de setembro, cinco processos foram protocolados com pedidos de direito de resposta, envolvendo os candidatos Pablo Marcelo (PRTB), Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB). A deputada federal foi a que mais explorou o tema. Em

uma publicação, citou "P de Pablo, C de coach e C de criminoso", em referência a articuladores de Marcelo investigados pela Polícia Civil. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) negou direito de resposta.

Em 29 de maio, o *Estadão* mostrou que Tarcísio Escobar, que presidia o PRTB em São Paulo, foi indicado por associação ao tráfico e ao PCC.

Outras ações ainda tramitam sem decisão do TRE. No primeiro debate, transmitido pela TV Bandeirantes, em 8 de agosto, José Luiz Datena (PSDB) foi o primeiro a acatar a facção. Acusava o prefeito de não combater a e se valia das investigações que apuravam a ligação do crime organizado com empresas de ônibus da capital – Transwolff e UPBus, alvos da Operação Fim da Linha, de abril.

A Fim da Linha foi seguida por outras que colocaram o PCC no centro das campanhas, como a Operação Decurio, da Seccional de Mogi das Cruzes. "Os integrantes da facção querem entrar na política não para ter influência, mas para ter lucro", observou o delegado Fabrício Inteliziano.

No Decurio, houve bloqueio

de R\$ 8,1 bilhões e a descober-

ta de um "núcleo político" da

facção, que seria liderado por um empresário acusado de chefiar os esquemas de lavagem de dinheiro da facção.

Por enquanto, apesar das acusações, apenas três candidatos a vereador foram casados pela Justiça Eleitoral,

duas de flagrados pela Decurio. Em Mogi, foi indeferido o registro de Edilson Ricardo da Silva (PRTB), condenado por fazer parte de uma quadrilha que atacou uma companhia da PM para dominar a cidade de Guararema, em 2009. ●

INTERIOR. A citação do PCC

ELEIÇÕES 2024 | O CRIME EM CAMPANHA

CAMPO MINADO NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

AVANÇO DE FACÇÃO DO RJ POR MANAUS DEIXA CANDIDATOS REFÉNS DO TRÁFICO

RAFAEL SOARES
rafael.soures@extra.inf.br
MANAUS (AM)

Passava das 9h quando a caminhonete preta blindada virou a esquina da Rua Canele, no bairro Jorge Teixeira, Zona Leste de Manaus (AM). Após avançar pelo emaranhado de casas com tijolos aparentes, o carro parou ao final da via, e o candidato a prefeito Amom Mandel (Cidadania) desembocou, acompanhado de uma pequena comitiva — um motorista, um cinegrafista e assessores. O objetivo da visita era gravar um programa eleitoral sobre um buraco de mais de um metro de profundidade na calçada: na peça, Mandel sairia da cratera, em referência ao personagem Super Mario, para denunciar “o descaso da prefeitura com a população local”. Em menos de cinco minutos, porém, a gravação foi interrompida por uma sarabanda de fogos de artifício. Na sequência, um homem com um radiocomunicador na cintura se aproximou e chamou o próprio Amom: “Você não pode fazer campanha aqui, só o nosso candidato. Desliguem tudo e saiam. Agora”.

A presença ostensiva do crime organizado na capital amazonense também já constrangeu aquele que seria o alvo do esquete de Mandel. No fim de agosto, o prefeito David Almeida (Avante), candidato à reeleição, denunciou a uma emissora local que foi ameaçado por um traficante em encontro gravava para seu horário político no conjunto habitacional Viver Melhor, na Zona Norte — o maior empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida no país, onde moram cerca de 55 mil pessoas. “Recebi um comunicado de que a pessoa que manda na área disse que ninguém faria campanha lá”, relatou.

— Em Manaus, a campanha é um campo minado: cada lugar tem um dono, que determina quem pode ou não falar com o eleitor — resumiu Amom Mandel durante uma caminhada acompanhada pelo GLOBO no início de setembro na comunidade União da Vitória, na Zona Oeste.

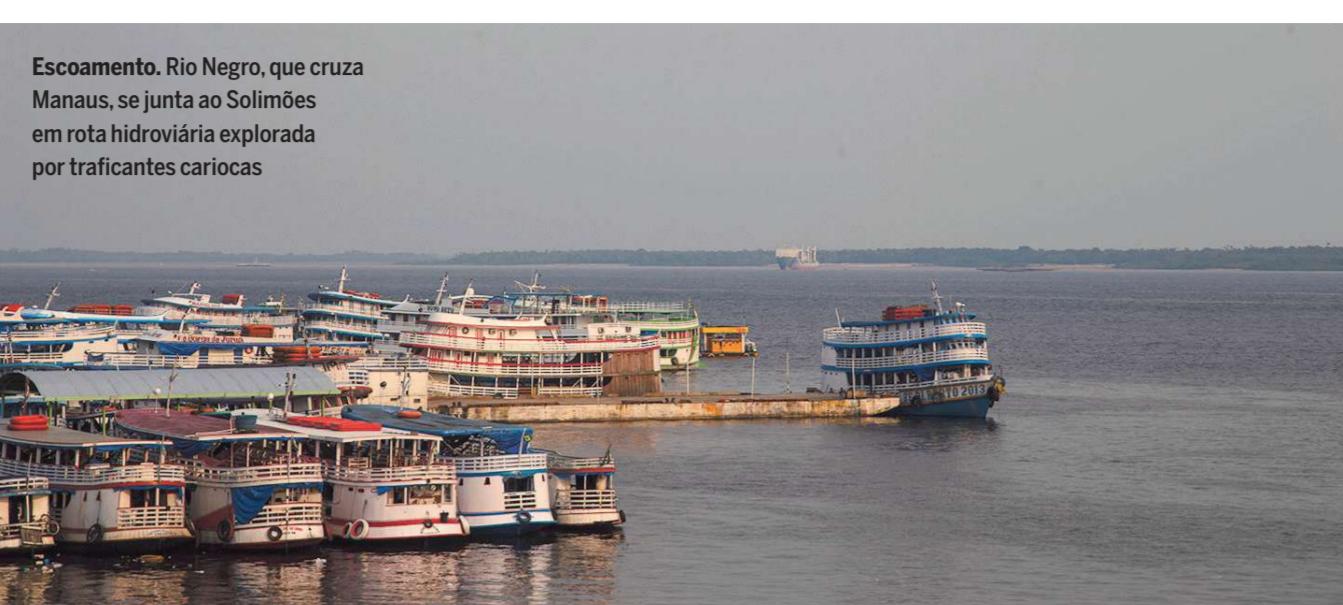
Minutos depois, o grupo teve de deixar o local amando de traficantes, incomodados com a presença de policiais entre os seguranças do candidato. Os muros da favela são repletos de

pichações do Comando Vermelho (CV), facção fluminense hegemônica na cidade.

O GLOBO ouviu relatos sobre a interferência do tráfico na campanha em Manaus de sete candidatos a prefeito e a vereador, por seis partidos diferentes — da esquerda à direita. No primeiro capítulo de uma série especial sobre os impactos da atuação do crime organizado nas disputas eleitorais, que começa a ser publicada hoje, o GLOBO mostra como facções alimentam o crescimento urbano desenfreado no coração da Amazônia, avançando inclusive sobre a floresta, em um fenômeno que restringe a escolha do eleitor e coloca a democracia sob ameaça no maior município do Norte do Brasil. Elaboradas a partir de 30 entrevistas com políticos, cabos eleitorais, líderes comunitários, policiais, promotores e especialistas, e da análise de duas mil páginas de documentos como processos e inquéritos, as reportagens destrincham como traficantes, milicianos e grupos de extermínio cercavam as eleições de modo distinto pelas cinco regiões do país.

Entreposto de uma das principais rotas do tráfico de drogas do país, Manaus assistiu, na última década, à expansão das facções por sua malha urbana — e, simultaneamente, virou terreno fértil para a infiltração do crime organizado no processo eleitoral. Na Zona Leste, traficantes anunciam acordos com candidatos em troca de obras públicas, como o asfaltamento de vias, e vetam a presença de outros postulantes. Em outras regiões, políticos são obrigados a pagar “pedágios” em dinheiro ou cestas básicas para fazer campanha. O tráfico também impõe seu próprio código eleitoral nas periferias e proíbe moradores de comparecer a eventos políticos ou usar material de campanha e até de declarar voto nas redes em nomes não chancelados.

As restrições impostas pelo tráfico começaram antes mesmo do início do período eleitoral. Um ativista pela causa da moradia, sob anonimato por temer represálias, conta que ainda era pré-candidato a vereador quando foi expulso por traficantes da comunidade do Coliseu, na Zona Leste, em 25 de maio. A favela surgiu há cerca de dez anos da ocupação irregular de um terreno destinado à ampliação do Polo Industrial de Manaus e abriga hoje 20 mil famílias — boa parte ainda sem acesso a esgoto, luz



Escoamento. Rio Negro, que cruza Manaus, se junta ao Solimões em rota hidroviária explorada por traficantes cariocas



Veto a prefeito.
David Almeida (de chapéu) na Zona Leste de Manaus; ele contou já ter sido forçado a deixar uma comunidade



Saída imposta.
Amom Mandel (à esquerda) na favela União da Vitória; instantes depois, o grupo do político foi expulso do local



Centro Histórico.
Região turística da capital amazonense não é poupa da influência de facção



Cena comum.
Pichações com a sigla do bando CV na parede de uma casa em Manaus.

ou água potável. Nem viaturas circulam regularmente pelo bairro, nem viaturas circulam regularmente pelo

pelo Coliseu: a polícia só entra na região, dominada pelo CV, em ações pontuais e com o apoio de unidades especializadas.

Na ocasião, o político foi até um ponto alto da comunidade para fiscalizar com um drone, o andamento das iniciativas de regularização fundiária tocadas pela prefeitura. Logo após ligar o equipamento, uma caminhonete preta encostou, e três homens desceram:

— Um deles me mandou baixar o drone e disse que não era mais recomendado que eu voltasse. No início, não entendi o que estava acontecendo, porque todos me conheciam, eu já realizava trabalho comunitário ali. Ele explicou: “Já fechamos com um candidato para este

MANAUS (AM)

A cidade é um importante entreposto da Rota do Solimões, um dos maiores corredores de drogas do país. Atualmente, o CV é a facção hegemônica na capital amazonense e no estado, que também têm áreas dominadas pelo PCC e por bandos locais menores. A chegada das quadrilhas do Sudeste à cena criminal do Norte é um fenômeno que se repete pela região, afetando também a política.

A expansão rumo à floresta

Manaus cresceu em meio ao desmatamento e, hoje, mais de 50% dos domicílios ficam em comunidades

1984



2014



2022



listas bloquearam o acesso dos rivais à chamada Rota Caipira, principal via de chega ao Sudeste do entepeciente vindo do Paraguai. O CV, que até então não tinha atuação expressiva fora do

Rio, se viu obrigado a buscar novos corredores para transportar drogas e armas. Devido à proximidade com países produtores de cocaína, como Colômbia e Peru, da miríade de rios navegáveis e da fiscalização do Amazonas à época, conseguiu acesso à Rota do Solimões, curso d'água que vai de Manaus até a tríplice fronteira. Com a chegada dos cariocas, o trajeto aquaviário ganhou protagonismo no tráfico

facção do Amazonas à época, conseguindo acesso à Rota do Solimões, curso d'água que vai de Manaus até a tríplice fronteira. Com a chegada dos cariocas, o trajeto aquaviário ganhou protagonismo no tráfico

internacional e virou um dos principais corredores de droga do país. A cocaína entra pelo rio e é transportada de barco até a capital do estado, alcâncada entreposto logístico, de onde as cargas seguem viagem pelo Brasil e para o exterior. Com o passar dos anos, o CV consolidou seus tentáculos na região e, valendo-se de rachas internos na FDN, acabou por absorver quase todo o grupo.

Hoje, enquanto a facção amazonense praticamente sumiu, a quadrilha do Rio tornou-se hegemônica, em um predomínio que se expande pela região Norte. Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de novembro de 2023, mostra que um a cada quatro municípios da Amazônia Legal sofre com a ação do PCC ou do CV, que controla ou tem presença maciça em mais de 120 cidades da região.

Atualmente, mais de 80% das favelas e invasões de Manaus são dominadas pela facção do Rio, que mudou até a paisagem da cidade — pichações como as iniciais do grupo pululam nos montes por diversos bairros, inclusive no Centro Histórico. Espalhado pelo território, o bando vale-se do período eleitoral para ampliar ainda mais sua influência: todos os locais citados na reportagem são redutos do CV.

— Na última década, o panorama da cena criminal de Manaus mudou muito. Houve aumento exponencial na circulação de fuzis nas ruas e expansão das áreas dominadas pelo tráfico. Hoje, barricadas fazem parte do cotidiano do morador, bem como blitzes do crime. Todos os bairros, inclusive os mais ricos, têm zonas vermelhas. Esse agravamento, obviamente, tem efeitos sobre o processo eleitoral e sobre a circulação de candidatos — reconhece o promotor Igor Starling, coordenador do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeço) do Ministério Público do Amazonas (MPAM).

O avanço das ocupações ilegais, segundo investigações da polícia e do MPAM, é fomentado por criminosos. Os traficantes planejam invasões, repartem a área em lotes e vendem. Em seguida, estipulam taxas para instalação de gatos de luz e internet clandestina nas casas. Por fim, os novos territórios anexados são usados pelas facções como moeda de troca em negociações com políticos em busca de votos.

— A terra é um ponto de atenção em Manaus. Há problema social do déficit de moradia, terrenos que são áreas de proteção ambiental desmatados e ação das facções, que lutam com a grilagem, a venda ilegal de lotes e a ampliação de áreas sob seu domínio — detalha o promotor Igor Starling.

Procurados, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) e a Polícia Federal não se manifestaram sobre as denúncias de influência do tráfico no processo eleitoral.

AMANHÃ, NO CAPÍTULO 2:
APISTOLAGEM MATA E PEDE VOTO NO SERTÃO NORDESTINO

ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA

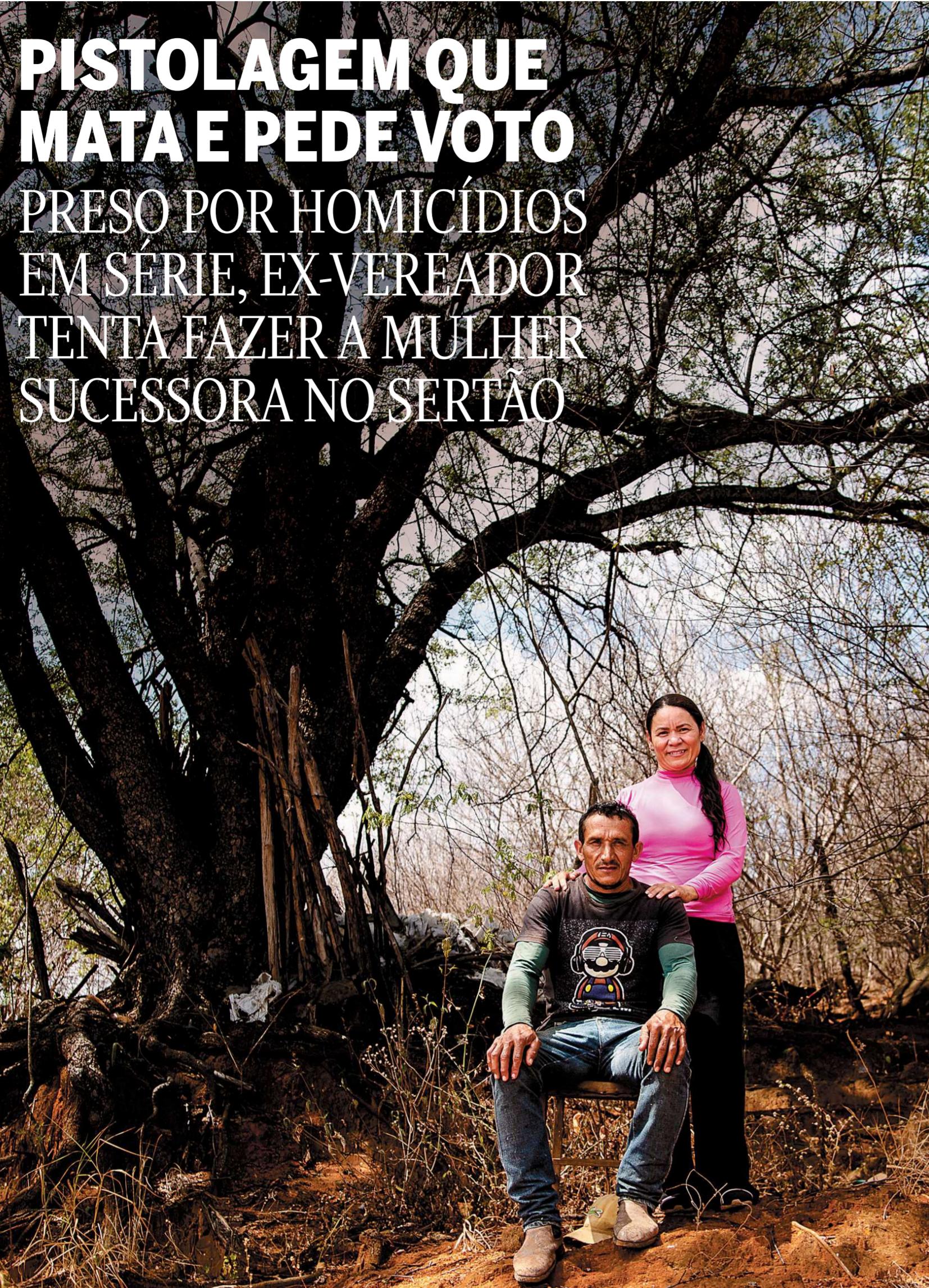
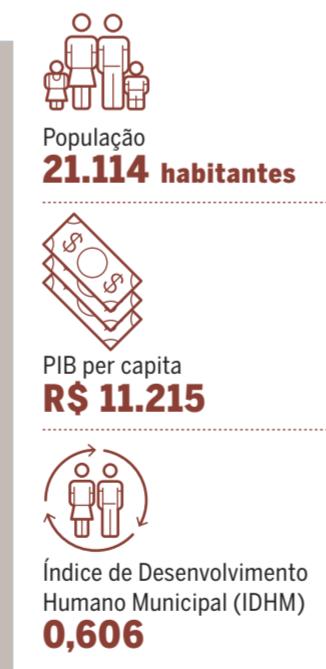
RAFAEL SOARES
rafael.soures@extra.inf.br
PRINCESA ISABEL (PB)

Na garupa de uma moto, Patrícia Pereira do Nascimento Andrade percorre as ruas de paralelepípedo de Princesa Isabel, no interior da Paraíba, atrás de votos. A assistente social, de 43 anos, conta com o trabalho que realiza na área da saúde, transportando pacientes de carro para consultas e cirurgias na capital João Pessoa, para obter uma vaga na Câmara Municipal pelo PSB. Em cada porta que bate, ela é festejada como uma celebridade local. "Não fosse por essa mulher, hoje eu não estaria engangando", revela o aposentado Antônio de Souza, de 72 anos, ao ver Patrícia, responsável por levá-lo ao médico que o curou de uma catarata, na tarde de 9 de setembro. No próximo quarteirão, novas juras: "Aqui em casa, ela já tem quatro votos", promete Vanessa Bezerra, de 40 anos, que conheceu Patrícia em um projeto de ginástica.

A troca de gentilezas na campanha contrasta com a trajetória do principal cabo eleitoral da candidata. Ela é mulher e herdeira política de Rinaldo Eufrasio de Andrade, ex-vereador do município condenado a dez anos e quatro meses de prisão sob a acusação de chefiar um grupo de extermínio que deixou um rastro de sangue ao longo da última década. No segundo capítulo da série especial sobre a influência do crime na política pelas cinco regiões do país, O GLOBO mostra como a pistolegem e a disputa por votos se misturam com frequência no sertão nordestino.

— Passei vários anos com vergonha de andar na rua, ouvi que era "mulher de bandido". Estou disputando a eleição porque prometi para mim mesma e para o meu marido que vamos voltar para a Câmara de cabeça erguida — justificou Patrícia ao GLOBO após as visitas aos eleitores.

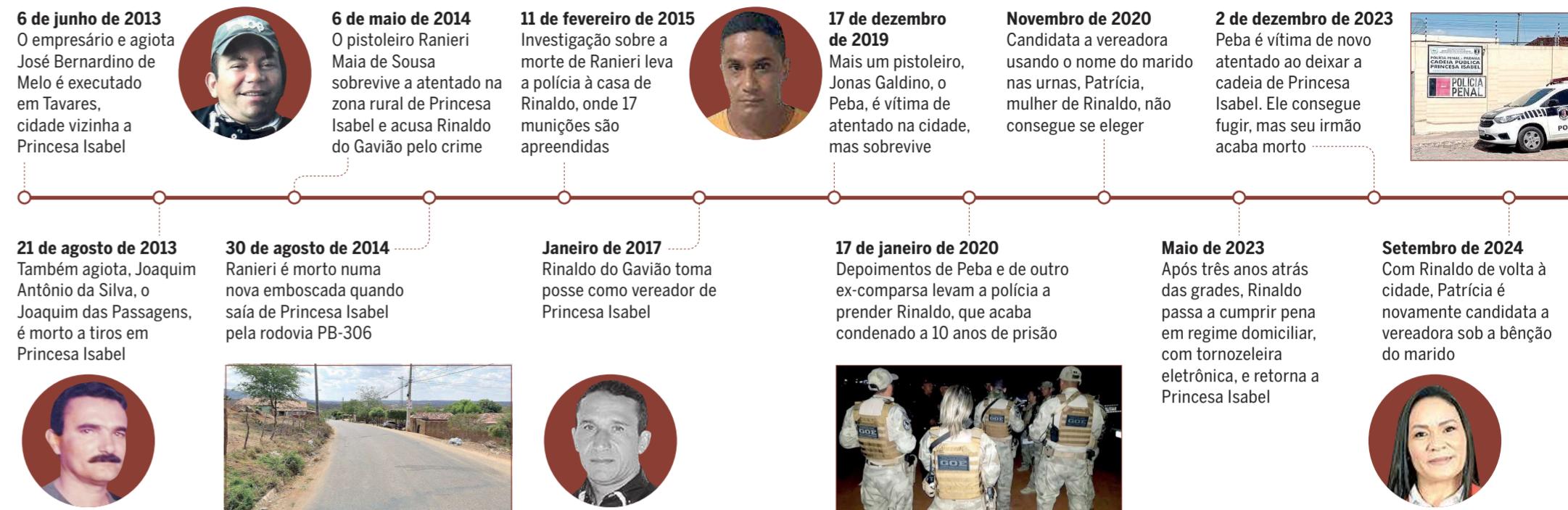
PRINCESA ISABEL (PB)



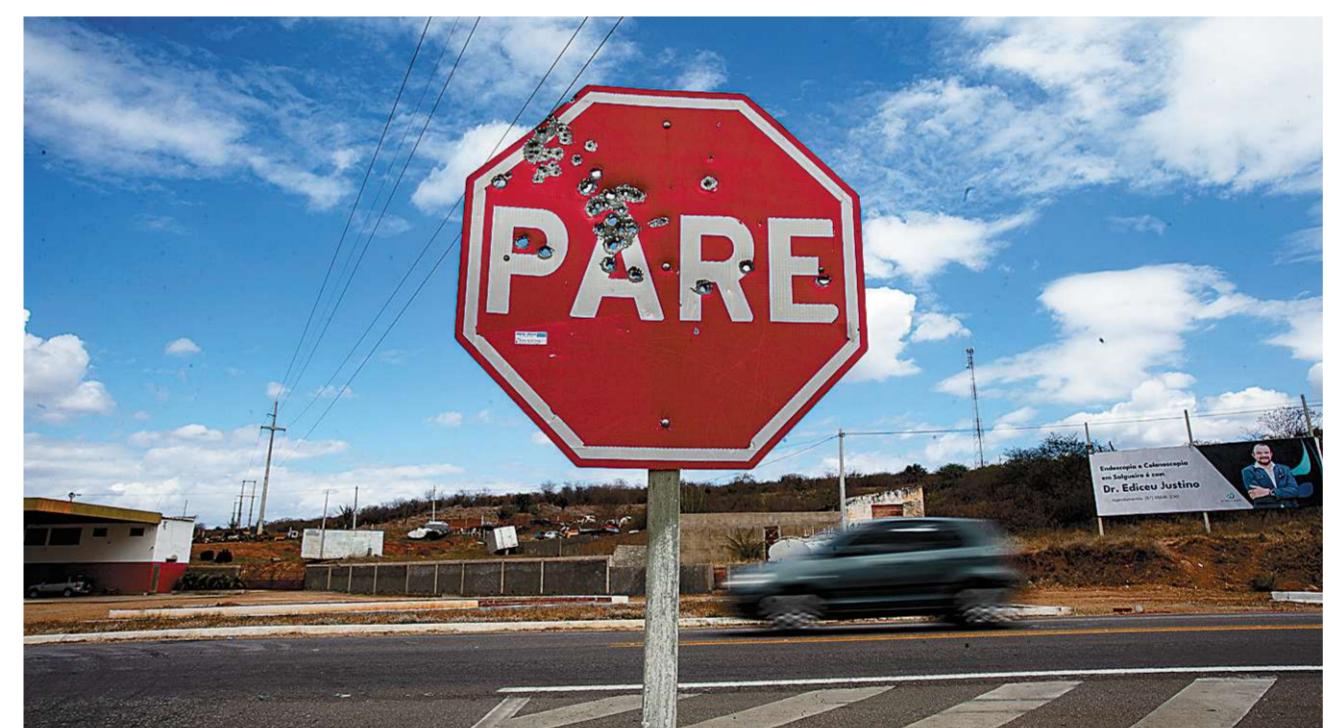
PISTOLAGEM QUE MATA E PEDE VOTO

PRESO POR HOMICÍDIOS EM SÉRIE, EX-VEREADOR TENTA FAZER A MULHER SUCESSORA NO SERTÃO

TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA À BALA



EDITORIA DE ARTE



— O que era o meu sonho viu-rou o sonho dela. Vamos voltar à Câmara juntos — avisa.

Feudo político de José Pereira Lima, o "coronel" Zé Pereira, um dos mais influentes latifundiários do país no início do século XX, Princesa Isabel chegou a ser declarada independente do estado da Paraíba à época. Conhecido como arquirrival do bando do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, Zé Pereira resolveu que a cidade não seria subordinada à autoridade do governador João Pessoa, seu inimigo político. De março a agosto de 1930, o Território Livre de Princesa, como foi nomeado, teve leis, hino, bandeira e até Exército próprios. Josinaldo foi executado com 27 tiros na porta da delegacia.

O pistoleiro remontou a maio de 2014, quando Ranieri Maia de Sousa, apontado como um dos integrantes de seu bando, foi vítima de uma emboscada. Ele sobreviveu e, em depoimento, acusou o chefe. "Há algum tempo, desconfio que Rinaldo quer me matar", narrou. Em setembro, Ranieri foi, de fato, executado em novo atentado. A Polícia Civil apreendeu 17 munições calibre 12 na casa de Rinaldo, mas a investigação não avançou.

Só cinco anos depois, quando Rinaldo já era vereador, novas provas surgiu: no início de 2020, outros dois matadores procuraram a polícia para contar o que sabiam sobre a atuação do grupo de pistoleiros. O político era integrante do Clã Gaia, uma família de elos históricos com a pistolegem. Segundo a PF, "a motivação do crime seria vingança, dado os grandes ressentimentos entre o Clã Gaia e a associação miliciana, com assassinatos entre ambos os lados".

Aurélio só ficou um mês preso. Quando foi libertado, o vereador comemorou com uma carreata pela cidade. Atualmente, ele tenta reeleição. O GLOBO não conseguiu contato com sua defesa.

As primeiras suspeitas da atuação de Rinaldo do Gavião como pistoleiro remontam a maio de 2014, quando Ranieri Maia de Sousa, apontado como um dos integrantes de seu bando, foi vítima de uma emboscada. Ele sobreviveu e, em depoimento, acusou o chefe. "Há algum tempo, desconfio que Rinaldo quer me matar", narrou. Em setembro, Ranieri foi, de fato, executado em novo atentado. A Polícia Civil apreendeu 17 munições calibre 12 na casa de Rinaldo, mas a investigação não avançou.

Os depoimentos acabaram revelando a autoria de uma série de assassinatos que não haviam sido elucidados na última década. Alguns estavam até arquivados, sem autorização. A região tem uma história marcada pelo coronelismo e por disputas políticas resolvidas à bala. Essa realidade se perpetua e tem reflexos até hoje no contexto político na região. O Rinaldo conseguiu espaço na política justamente por causa do medo que des-

perta nas pessoas — explica o delegado Cristiano Jacques, responsável pela investigação que culminou na prisão.

Após ser preso, Rinaldo do Gavião passou a responder a cinco processos diferentes por três homicídios consumados, dois tentados e posse ilegal de munição. Considerado perigoso, o vereador logo foi transferido para a Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes, em João Pessoa, a mais de 400 quilômetros de distância de Princesa Isabel.

Todos os seus julgamentos foram realizados em comarcas vizinhas, por conta da "reconhecida influência do réu naquela região sertaneja" e também "pelo temor que ele impõe por seu envolvimento em crimes de homicídio".

Rinaldo acabou condenado em dois processos. Pelo atentado contra Peba, foi sentenciado a nove anos e quatro meses de prisão, com um ano adicional da posse de munição. Mas nem a prisão nem as condenações foram suficientes para tirá-lo do jogo eleitoral.

— Não queria entrar na política, não tinha esse sonho. Foi meu marido que me convenceu numa visita na prisão. Fizeram essa injustiça só para tirá-lo das eleições, mas não vão conseguir — diz Patrícia.

A assistente social se candidatou pela primeira vez em 2020. Nona mais votada, com desempenho superior ao do marido, ela só não ingressou na Câmara por conta do quociente eleitoral. Este ano, após o retorno de Rinaldo, projetado pelo seu partido indicaram que Patrícia deve estar entre os primeiros cinco colocados.

Adesivos colados nas fachadas das casas — uma tradição da cidade — atestam o favoritismo: há propagandas da assistente social até mesmo em residências que declaram voto no candidato a prefeito da coligação adversária.

A proximidade das eleições, no entanto, não interrompe o banguê-banguê. Em 2 de dezembro de 2023, Jonas Galdino, o ex-comparsa responsável pela denúncia que levou à condenação de Rinaldo, deixava a cadeia da cidade quando escapou de uma nova emboscada. Seu irmão, Alandjones Galdino da Silva, morreu no ataque a tiros de um motoqueiro. A polícia investiga se Rinaldo, que já estava de volta à cidade, participou do crime.

— Graças a Deus, botaram uma torneadeira no meu marido. Se não, com certeza diria que era ele na moto — argumenta Patrícia.

AMANHÃ, NO CAPÍTULO 3: NO SUDOESTE, FAÇÕES LAVAM DINHEIRO COM PREFEITURAS

ELEIÇÕES 2024 | O CRIME EM CAMPANHA

RAFAEL SOARES
rafael.soures@extra.inf.br
ARRAIAL DO CABO (RJ)

O início da campanha de Marcos Antônio Ferreira do Nazareth, o Marquinhinho de Nicomedes (PV), não teve caminhada, corpo a corpo nem qualquer ato público. "Estou aqui hoje para convidar cada um de vocês a se juntarem a mim nesta jornada rumo a uma Arraial do Cabo melhor e mais justa para todos", limitou-se a postar, em 17 de agosto, a conta em uma rede social do candidato a vereador na cidade turística da Região dos Lagos, no litoral fluminense. Na semana seguinte, nova mensagem aos eleitores pelo Instagram. "A voz do povo está chegando", dizia o texto sobre uma foto do político sorrindo, com os braços cruzados. Grupos no WhatsApp também recebem atualizações quase diárias, nas quais ele pede, por exemplo, um "voto de confiança" à população local. A ofensiva exclusivamente digital é motivada por razões alheias à disputa eleitoral: desde 18 de junho, o candidato está preso, acusado de desviar mais de R\$ 6 milhões em contratos fechados com a prefeitura.

O Ministério Público do Rio (MPRJ) afirma que o político abriu empreiteiras — uma delas, em nome de um "laranja" — que venceram, entre 2018 e 2020, concorrências públicas repletas de irregularidades para construir dois postos de saúde em Arraial do Cabo. O dinheiro foi depositado nas contas das empresas, mas as obras praticamente não saíram do papel até as irregularidades virarem a tona, no início de 2021. Os prédios, que já deveriam estar atendendo a população àquela altura, só foram entregues na gestação seguinte.

Réu por diversos crimes em decorrência da fraude, Nazareth tem, no entanto, uma facção criminal ainda mais longa: em 2008, ele foi condenado a 4 anos e 2 meses de prisão por integrar uma quadrilha que transportava cargas de macona e cocaína de Mato Grosso do Sul até Arraial do Cabo. Três anos depois, recebeu uma pena de 5 anos e 6 meses após ser preso em flagrante na Rodovia Rio en quanto levava drogas, numa mochila, para a Região dos Lagos. No terceiro capítulo da série "O crime em campanha", que destrincha a influência de quadrilhas na política pelas cinco regiões do país, O GLOBO mostra como facções do Sudeste usam estruturas públicas — abrindo empresas e vencendo licitações, muitas vezes direcionadas — para lavar dinheiro oriundo das atividades ilícitas.

Em depoimento prestado à Polícia Civil em 2020, ainda no início da investigação sobre o desvio de dinheiro público, Nazareth admitiu que atuou como matuto para facções — ou seja, negociava e transportava cargas de droga a partir da fronteira. Ele alegou, contudo, que largou o tráfico após o nascimento do filho, em 2011. Por sinal, tanto de amigos políticos, narrou, passou a investir no ramo da construção.

O inquérito indica que o político abriu duas empresas: M.A.E. do Nazareth Incorpora-



Preso. Adesivo na casa de Marcos Antônio, que também era a sede da empresa que venceu as licitações suspeitas em Arraial; ao lado, campanha nas ruas em 2022, quando ele (à esquerda, de branco) tentou se eleger deputado

O TRÁFICO INVADE A MÁQUINA PÚBLICA

FACÇÕES BURLAM LICITAÇÕES E USAM CONTRATOS COM PREFEITURAS DO SUDESTE PARA LAVAR DINHEIRO

ração e Construção, em seu nome; e a Atlanta Construtora, em nome de Jerry Anderson de Araújo Silva, o Jerry da Coca-Cola, um auxiliar de serviços gerais que trabalhava na prefeitura, com salário de R\$ 1 mil. Para a Promotoria, Silva era um laranja, e as duas firmas foram criadas unicamente para dividir os contratos fechados com a prefeitura local — e, assim, dificultar a fiscalização.

Para garantir o direcionamento das licitações, o candidato pagava propinas a funcionários do município: a investigação conseguiu mapear transferências de uma de suas empresas, a Atlantic, para o então vice-prefeito, Sérgio Lopes de Oliveira Carvalho, três secretários e outros nove servidores. Atualmente, Nazareth, Jerry Silva, Sérgio Lopes e outras 16 pessoas são réus pelos crimes de organização criminosas, falsidade ideológica, peculato, corrupçãoativa e passiva, ordenação de despesa não autorizada, falso testemunho e lavagem de dinheiro. Apenas Nazareth está preso. O GLOBO não conseguiu contato com os demais citados.

As empresas do Marcos Nazareth só existem no papel. Não têm funcionários, não prestam os serviços, não têm clientes. A sede fica na casa dele. As duas firmas foram



Atendimento prejudicado. Unidades de saúde em Arraial só saíram do papel depois que os contratos com a empresa de Marcos Antônio Ferreira do Nazareth, hoje candidato a vereador, foram cancelados



ARRAIAL DO CABO (RJ)

O Sudeste é berço das duas maiores facções do tráfico do país: o carioca CV e o paulistano PCC. Enquanto disputam territórios e rotas em outras regiões do Brasil, os dois grupos vêm espiando negócios em seus estados de origem, embrenhando-se cada vez mais na estrutura pública ao abrir empresas que vencem licitações e usando contratos com prefeituras para lavar dinheiro do crime



ACORDOS SOB SUSPEITA

Cidades paulistas com denúncias sobre contratos assinados com empresas ligadas ao PCC

- 1 Araraquara
- 2 Arujá
- 3 Atibaia
- 4 Buri
- 5 Caeiras
- 6 Campinas
- 7 Cubatão
- 8 Ferraz de Vasconcelos
- 9 Franca
- 10 Guararema
- 11 Guaratinguetá
- 12 Guarujá
- 13 Guarulhos
- 14 Itatiba
- 15 Jaguariúna
- 16 Mogi das Cruzes
- 17 Nazaré Paulista
- 18 Pedro de Toledo
- 19 Peruíbe
- 20 Pindamonhangaba
- 21 Poá
- 22 Santa Isabel
- 23 Santos
- 24 São José dos Campos
- 25 São Paulo
- 26 São Vicente
- 27 Sorocaba
- 28 Suzano
- 29 Cássia dos Coqueiros
- 30 Itapevi



Editoria de Arte

REPRODUÇÃO/EDÉS SERRA

'Compror termo'. Ex-vereador Ricardo Queixão pediu propina

dos eleitorais: o próprio político revelou que "passou a ter livre entrada" em áreas da cidade dominadas pela facção porque "conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho" no período em que esteve preso e "conseguiu ser respeitado entre os criminosos". Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político "usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para 'investir' no ramo da construção, o que indica lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa".

Em cartas escritas a seus eleitores de dentro da cadeia, o candidato afirma que é um "pesso político" e que "está sofrendo perseguição por falar a verdade" — uma referência a vídeos publicados em suas redes em que faz denúncias sobre a atual gestão da prefeitura. "Estou preso, sim, mas não estou morto. Vou registrar minha candidatura e tomarei posse no dia 1º de janeiro. Não desistam. Venho aqui pedir o apoio de todos os meus amigos à minha candidatura, são horas mais difíceis que precisamos dos amigos", disse, em um texto enviado nos grupos

dos eleitorais: o próprio político revelou que "passou a ter livre entrada" em áreas da cidade dominadas pela facção porque "conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho" no período em que esteve preso e "conseguiu ser respeitado entre os criminosos". Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político "usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para 'investir' no ramo da construção, o que indica lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa".

Em cartas escritas a seus eleitores de dentro da cadeia, o candidato afirma que é um "pesso político" e que "está sofrendo perseguição por falar a verdade" — uma referência a vídeos publicados em suas redes em que faz denúncias sobre a atual gestão da prefeitura.

"Estou preso, sim, mas não estou morto. Vou registrar minha candidatura e tomarei posse no dia 1º de janeiro. Não desistam. Venho aqui pedir o apoio de todos os meus amigos à minha candidatura, são horas mais difíceis que precisamos dos amigos", disse, em um texto enviado nos grupos

dos eleitorais: o próprio político revelou que "passou a ter livre entrada" em áreas da cidade dominadas pela facção porque "conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho" no período em que esteve preso e "conseguiu ser respeitado entre os criminosos". Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político "usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para 'investir' no ramo da construção, o que indica lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa".

Em nota, seus advogados, Wellington Corrêa e Marco Aurélio Torres Santos, afirmam que, "no curso do processo, ficará demonstrado que Marcos Antônio é inocente e que a ação penal foi instaurada com base em elementos inverídicos trazidos por opositores políticos". No último dia 16, o Tribunal de Justiça do Rio (TRE-RJ) impugnou a candidatura de Nazareth sob o argumento de que, por conta de sua condenação por tráfico de drogas em 2011, ele ainda está inelegível.

Como o candidato recorre da decisão, seu nome estará nas urnas e ele poderá ser votado normalmente.

AMANHÃ, NO CAPÍTULO 4: NO SUL, FACÇÕES REGIONAIS SE INFILTRAM NA POLÍTICA



'Compror termo'. Ex-vereador Ricardo Queixão pediu propina

dos eleitorais: o próprio político revelou que "passou a ter livre entrada" em áreas da cidade dominadas pela facção porque "conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho" no período em que esteve preso e "conseguiu ser respeitado entre os criminosos". Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político "usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para 'investir' no ramo da construção, o que indica lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa".

Em cartas escritas a seus eleitores de dentro da cadeia, o candidato afirma que é um "pesso político" e que "está sofrendo perseguição por falar a verdade" — uma referência a vídeos publicados em suas redes em que faz denúncias sobre a atual gestão da prefeitura. "Estou preso, sim, mas não estou morto. Vou registrar minha candidatura e tomarei posse no dia 1º de janeiro. Não desistam. Venho aqui pedir o apoio de todos os meus amigos à minha candidatura, são horas mais difíceis que precisamos dos amigos", disse, em um texto enviado nos grupos

dos eleitorais: o próprio político revelou que "passou a ter livre entrada" em áreas da cidade dominadas pela facção porque "conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho" no período em que esteve preso e "conseguiu ser respeitado entre os criminosos". Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político "usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para 'investir' no ramo da construção, o que indica lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa".

Em cartas escritas a seus eleitores de dentro da cadeia, o candidato afirma que é um "pesso político" e que "está sofrendo perseguição por falar a verdade" — uma referência a vídeos publicados em suas redes em que faz denúncias sobre a atual gestão da prefeitura.

"Estou preso, sim, mas não estou morto. Vou registrar minha candidatura e tomarei posse no dia 1º de janeiro. Não desistam. Venho aqui pedir o apoio de todos os meus amigos à minha candidatura, são horas mais difíceis que precisamos dos amigos", disse, em um texto enviado nos grupos

dos eleitorais: o próprio político revelou que "passou a ter livre entrada" em áreas da cidade dominadas pela facção porque "conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho" no período em que esteve preso e "conseguiu ser respeitado entre os criminosos". Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político "usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para 'investir' no ramo da construção, o que indica lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa".

Mesmo negando laços com o tráfico atualmente, o candidato a vereador admitiu à polícia que se beneficia da boa relação com bandidos em perío-

ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA

QUANDO O DOMÍNIO LOCAL VIRA VOTO

NO SUL, QUADRILHAS REGIONAIS SE VALEM DAS RAÍZES FORTES PARA SE INFILTRAR NA POLÍTICA



Presidente da Câmara.
Fernandinho Lourenço foi condenado por lavar dinheiro para a facção gaúcha Os Manos; na casa do vereador, polícia achou dinheiro em espécie e até arma escondida sob o colchão



O GLOBO PLUS

RAFAEL SOARES
rafael.silva@extra.inf.br

Acusações criminais não costumam abalar o prestígio de Emerson Fernando Lourenço, o Fernandinho Lourenço (Solidariedade). Em 2017, ele assumiu seu primeiro mandato como vereador em Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos (RS). Antes de completar um ano no cargo, foi preso em flagrante após a polícia encontrar em sua casa um revólver escondido num compartimento secreto sob o colchão. Não era a primeira experiência dele atrás das grades: entre 2004 e 2006, antes mesmo de entrar na política, ele já havia sido preso, em duas ocasiões diferentes, portando armas ilegalmente. Apesar do histórico, o vereador obteve liberdade, retomou o exercício do mandato e, em 2020, se candidatou à reeleição.

A pouco mais de um mês do pleito, porém, Lourenço virou réu na Justiça por outro crime: segundo o Ministério Público gaúcho (MPRS), o vereador lavava dinheiro para a maior facção do estado, Os Manos. A complicação jurídica não repercutiu nas urnas: ele viu a base eleitoral aumentar e foi reeleito com a segunda maior votação do município. No ano passado, em mais um degrau da ascensão política, Lourenço era presidente da Câmara quando acabou condenado a 16 anos de reclusão no mesmo processo. Hoje, o vereador recorre em liberdade enquanto concorre ao terceiro mandato consecutivo.

A dinâmica que ajuda a explicar a trajetória de Lourenço em Novo Hamburgo não é um caso isolado. No quarto capítulo da série “O crime em campanha”, que destriinha a influência de quadrilhas nas eleições pelas cinco regiões do país, o GLOBO mostra como, sem a presença maciça das principais facções do país, são bandos lo-

cais que, se valendo das raízes fincadas em cada território, entram na política em cidades do Sul. A investigação que levou Lourenço à cadeia seguiu o dinheiro de Juliano Biron da Silva, um dos chefes dos Manos. Ele ganhou as manchetes gaúchas em 2015, quando emboscou, espancou e matou a tiros o fotógrafo José Gustavo Gargioni, que havia marcado um encontro com a namorada do traficante. A partir daquele dia, a polícia, ele atuava como elo de ligação entre Biron e o vereador, realizando transações financeiras com ambos e mantendo uma empresa que, mesmo fechada, movimentava quantias vultuosas. Indicado por Lourenço, Peu ocupou um cargo comissionado na Secretaria municipal de Obras. Ambos foram condenados, em primeira instância, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O MP eleitoral chegou a pedir a cassação de Lourenço por uso do dinheiro do tráfico na campanha de 2020. Os promotores descreveram uma carreata com participação de “indivíduos com altos níveis de hierarquia na facção Os Manos apoiando diretamente o candidato, utilizando de sua influência e se mostrando ostensivamente à comunidade”. Absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) em 2023, ele manteve o mandato.

Outro personagem-chave

desvelado pela investigação foi um dos aliados mais próximos de Lourenço, Pedro Arenhardt, o Peu. Para a polícia, ele atuava como elo de ligação entre Biron e o vereador, realizando transações financeiras com ambos e mantendo uma empresa que, mesmo fechada, movimentava quantias vultuosas. Indicado por Lourenço, Peu ocupou um cargo comissionado na Secretaria municipal de Obras. Ambos foram condenados, em primeira instância, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O MP eleitoral chegou a pedir a cassação de Lourenço por uso do dinheiro do tráfico na campanha de 2020. Os promotores descreveram uma carreata com participação de “indivíduos com altos níveis de hierarquia na facção Os Manos apoiando diretamente o candidato, utilizando de sua influência e se mostrando ostensivamente à comunidade”. Absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) em 2023, ele manteve o mandato.

NOVO HAMBURGO (RS)

Fora do foco prioritário das facções do Rio e de SP, o Sul convive, sobretudo no território gaúcho — o único do país sem a presença de CV ou PCC —, com um cenário mais pulverizado, repleto de quadrilhas com bases bem definidas. Os bando se valem dessa força hiperlocal para perpetuar o domínio nas áreas onde atuam e também para ampliar a influência sobre a política municipal



Bala na Cara.
Vereador em Cachoeirinha, também no Rio Grande do Sul, Juca Soares foi preso oito meses após a posse sob a acusação de que facção bancou sua campanha



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

População
227.646 habitantes

PIB per capita
R\$ 40.589,43

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
0,747

EDITORIA DE ARTE

Grande do Sul — único estado sem representação dos paulistas do Primeiro Comando da Capital (PCC) e dos cariocas do Comando Vermelho (CV), segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) — se caracteriza pela profusão de gangues com bases bem definidas. É justamente essa força hiperlocal que alimenta a entrada dos grupos no poder municipal.

— Ao contrário das outras regiões, o Sul não replicou a polarização entre CV e PCC. A rota interna é relativamente longe de países produtores e não tão atrativa ao tráfico internacional. Tampouco há a tradição de enviar presos ao sistema federal, o que evitou por muitos anos o contato com detentos do Sudeste. Assim, o cenário ficou restrito a duas facções com relevância regional, Os Manos e Bala na Cara, e várias pequenas gangues locais — explica a socióloga Marcelli Cipriani, autora do livro “Os coletivos criminais de Porto Alegre”.

O perfil de atuação política das facções gaúchas culminou, em 2022, na cassação de um vereador em Cachoeirinha, na Região Metropolitana de Porto Alegre. José Francisco Soares da Silva, o Juca Soares, eleito dois anos antes, foi preso oito meses após tomar posse, sob acusação de ter tido a campanha financiada pela Bala na Cara. A investigação revelou que o projeto eleitoral de Juca foi coordenado por seu irmão, Tiago Soares da Silva, o Pequeno, chefe do tráfico na cidade.

Aquebra de sigilo do celular de Pequeno, apreendido pela Polícia Civil, revelou que o traficante “interferia diretamente na campanha, além de cobrar a distribuição de cargos no Poder Executivo em troca do apoio do vereador”, como consta na decisão que determinou a prisão do parlamentar. O inquérito também aponta que Soares, antes de entrar na política, era dono de uma oficina usada pela facção para clonar carros.

Ao ser preso, o vereador jogou seu celular sobre o muro, no terreno de um vizinho. A polícia jamais conseguiu acessar os dados do aparelho. Solto por decisão da Justiça, o agora ex-vereador atua, neste pleito, como cabo eleitoral de outro candidato à Câmara, Tiago Eli (Progressistas). O GLOBO não conseguiu contato com a defesa de Soares.

Em Bagé, no sul do estado, as polícias Civil e Federal fizeram uma operação, na semana passada, contra uma facção local acusada de interferir na eleição. A gangue — uma dissidência de outro grupo, Os Tauras, que atua no extremo sul do país — é suspeita de interromper a tiros o comício do candidato a prefeito Luiz Fernando Mainardi (PT) no último dia 15, quando um homem invadiu o evento, disparou contra o público e fugiu. Ninguém ficou ferido. O atirador, Éric Luís Dantas, teria sido executado pela facção após a repercussão do caso.

AMANHÃ, NO CAPÍTULO FINAL:
TRÁFICO DOMINA A ECONOMIA
E A ELEIÇÃO NO CENTRO-OESTE

ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA

ALEXANDRE CASSIANO

NA FRONTEIRA, ATÉ O PRESIDENTE DA CÂMARA TROCA TIROS COM A POLÍCIA

CENTRO-OESTE VIRA ROTA ESTRATÉGICA E VÊ O TRÁFICO EXPANDIR A INFLUÊNCIA



Política à bala. A sede da Câmara Municipal de Rio Branco, no Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia: enquanto presidia a Casa, Jeozafá Moraes de Castro morreu em confronto com a polícia

O GLOBO
PLUS
RAFAEL SOARES
rafael.soares@extra.inf.br**RIO BRANCO (MT)**

O comboio saiu de Cáceres, no Mato Grosso, de madrugada. Em uma dezena de viaturas, 50 policiais percorreram 120km até chegar à vizinha Rio Branco ao nascer do sol. O objetivo era cumprir 12 mandados de prisão contra uma célula local do Comando Vermelho (CV), facção hegemônica no estado. Após entrar na cidadezinha de 5 mil habitantes, próxima à fronteira com a Bolívia, os agentes se dividiram, e uma das equipes seguiu até um imóvel impõnente. "Abre! Polícia!", anunciou o delegado Marcelo Meñezes pouco antes de uma rajada de tiros cruzar a porta. Duas balas pararam no colete, e uma terceira perfurou seu intestino. Diante do ataque, PMs na retaguarda invadiram a residência, revidaram e mataram o atirador. Não se trataba de um fora da lei, mas sim de um homem público: Jeozafá Moraes de Castro (PSDB), vereador e presidente da Câmara Municipal da cidade. Socorrido de helicóptero, Menezeis sobreviveu.

As provas que levaram a polícia à porta da casa do político foram extraídas do celular do traficante Fernando de Jesus Abreu, o Baiano. Integrante do CV, ele havia sido executado um mês antes por rivais do Primeiro Comando da Capital (PCC) que tentavam se estabelecer na região, cobiçada por integrar uma rota de escoamento de cocaína da Bolívia. Horas depois da morte, Jhony Késsio Moura, o chefe local do CV, tentava encontrar o revólver da facção que Baiano portava antes que a polícia o fizesse e, por isso, enviou uma mensagem ao celular do comparsa, que estava em posse de seus parentes.

"O ferro vai estar na casa da minha sogra, mande alguém pegar lá", respondeu a viúva. "Meu vereador vai chegar aí. Atende ele, beleza?", respondeu o traficante. Em seguida, Jeozafá fez várias ligações para o número, sem sucesso: a polícia chegou primeiro à casa da família de Baiano e apreendeu tanto o telefone



EDITORIA DE ARTE

quanto a arma —que motivaram, dali um mês, a decretação da prisão do vereador.

No quinto e último capítulo da série "O crime em campanha", que destrinhou a interferência de quadrilhas na política pelo país, o GLOBO mostra como o tráfico expandiu sua atuação no Centro-Oeste, transformando a região na principal rota da cocaína no país, superando o Sudeste. As quadrilhas irrigam a economia local, sobretudo perto da fronteira, e se valem da influência crescente para ampliar sua influência e até mesmo eleger candidatos, tal qual ocorreu com Jeozafá.

Em 2023, segundo dados da Polícia Federal (PF) compilados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram apreendidas 23,6 toneladas de cocaína no Centro-Oeste, que ultrapassou o Sudeste no volume de apreensões pela primeira vez na série histórica. No ano passado, o Mato Grosso, sozinho, registrou quantidade maior de droga retirada das ruas (14,1 toneladas) do que todo o Norte.

Especialistas creditam a nova geopolítica do crime a duas razões principais: a nacionalização das duas maiores facções brasileiras, CV e PCC, que passaram a disputar territórios após romperem em 2016 e reforçaram a presença no Centro-Oeste; e a intensificação do fluxo de cocaína do Norte rumo ao Sudeste, resultado do maior protagonismo da Rota do Solimões, que leva droga do Peru e da Colômbia até Manaus pela via fluvial.

O tráfico faz parte da economia da região, principalmente na faixa de fronteira, e irriga uma série de atividades legais e ilegais. O dinheiro do crime circula em postos de gasolina, academias, comércios, e financia também campanhas eleitorais —diz o sociólogo Naldson Ramos, fundador do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania da Universidade Federal do Mato Grosso.

Natural de Cuiabá, Jeozafá Castro chegou a Rio Branco no início dos anos 2000 como gerente de uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos. O comércio logo virou referência para compra ilegal de armas transportadas por Cas-

tro nas caminhonetes do estabelecimento. Como à época não havia facções na região, policiais mais antigos apontam o futuro vereador como um pioneiro: foi pelas mãos dele, contam, que integrantes mais jovens — como aquele que viraria o chefe do bando, Jhony Késsio — foram cooptados, se armaram e formaram a célula do CV no município.

Em paralelo à ligação com o crime, Castro promovia uma imagem de "bom cristão": líder do grupo de jovens da Igreja Batista de Rio Branco, organizava ações entre os fiéis, como distribuição de cestas básicas e transporte de doentes a hospitais — perfil assistencialista que o levaria, anos depois, à política. Em 2012, ele virou secretário de Administração da prefeitura e, a partir de 2016, foi eleito para dois mandatos consecutivos como vereador, até chegar à presidência da Câmara em 2023. Nas redes sociais, ele fazia postagens elogiando a PM e defendendo o direito de civis comprarem armas.

— O Jeozafá usava a política para autopromoção e, ao mesmo tempo, tinha a seu dispor a estrutura do Estado, que ele

utilizava a favor da facção. Depois de assumir o mandato, passou a usar viaturas da Câmara e até ambulâncias para trazer armas e drogas à cidade — conta a policial civil Maria Celene Alves, que trabalha na delegacia de Rio Branco e, como vereadora, foi colega de Castro na Câmara.

O relatório da investigação que culminou na morte de Castro também aponta que ele fazia "uso irregular dos veículos oficiais da Câmara Municipal, inclusive com suspeita de transportar materiais ilícitos, evitando a fiscalização dos órgãos de segurança".

As denúncias contra Castro cresceram a partir das eleições de 2020. Uma delas, recebida por agentes de plantão na delegacia no dia do pleito, expôs a atuação da facção na campanha: moradores contaram que Jhony Késsio estava pagando R\$ 150 para quem se filmasse votando no vereador. Os policiais não conseguiram confirmar o relato.

No ano seguinte, quando chegava a Rio Branco, Castro foi surpreendido por um bloco da PM, que averiguava denúncia sobre um veículo com uma carga de cocaína. O vereador acelerou e furou a blitz. Após despistar os policiais que o perseguiam, ele abandonou o automóvel e fugiu a pé. Mais tarde, agentes acharam 50g de pasta base da droga jogados no mato, mas Castro não chegou a responder pelo porte do material.

Após mais de uma década investigando o traficante que virou vereador, a polícia só conseguiu provas concretas contra ele no inquérito que culminou em sua morte.

Além do conteúdo no celular de Baiano, a polícia apreendeu, na casa do político, uma pistola croata com numeração raspada — usada para atirar no delegado —, uma carabina e munição farta.

Passado mais de um ano do episódio, não há consenso sobre o motivo de Castro ter reagido de forma violenta à abordagem, sobretudo com a mulher e dois filhos menores de idade na casa. Uma das suspeitas é que o vereador teria confundido os policiais com traficantes do PCC. Usar uniformes é prática corriqueira do bando no contexto da guerra contra o CV: dias antes, bandidos invadiram uma fazenda perto de Rio Branco para executar um desafeto vestidos como agentes da lei. Já entre correligionários do vereador, a versão mais comum é a de que ele preferia ser morto à vergonha de acabar preso diante dos filhos.

Na primeira sessão na Câmara após a operação, colegas prestaram tributo a Castro. "Um minuto de silêncio, gostaria que todos ficassem de pé em homenagem ao nosso amigo Jeozafá", anunciou Edson Gonçalves Mendes, o Edinho da Ambulância, que o sucedeu na presidência. Na campanha deste ano, não há menções ao caso: nem oposição nem situação lembram os laços de Castro com o tráfico. O único candidato abordado pelo GLOBO que concordou em falar publicamente sobre o vereador foi o prefeito Luiz Carlos (União Brasil), que não poupar elogios.

Ele era atencioso, atuante e preocupado com a população. Não tinha inimigos na política, transitava por todos os grupos. Sua morte deixou a cidade sensibilizada — lamentou Luiz Carlos, que tenta se manter no posto.

Procurada, a viúva de Castro não quis dar entrevista.

A influência do tráfico na política de Mato Grosso foi evidenciada por várias operações recentes, que miraram alvos que atuam em áreas próximas da fronteira ou em cidades nas rotas de passagem da droga. Em 2022, a PF prendeu Nilton Borgato, ex-secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, sob a acusação de integrar uma quadrilha de traficantes internacionais.

Nilton é marido de Gheysa Borgato (PSD), prefeita de Glória D'Oeste, cargo que ele próprio já ocupou de 2009 a 2016. No dia da prisão, a PF apreendeu 336 diamantes na residência do casal na cidade, localizada a pouco mais de 70km de Rio Branco, ainda mais perto da Bolívia. Atualmente, Gheysa tenta a reeleição, e Nilton responde ao processo em liberdade.

Já em Barra do Garça, no Leste do estado — um corredor de drogas que saem do Norte para o Sudeste —, outro inquérito da PF revelou que, em 2020, o CV patrocinou uma candidatura a vereador. Segundo a investigação, Flávio Braga da Silva, o Hulk, foi escolhido por membros da facção, por enquetes em grupos de WhatsApp, como o representante do grupo que tentaria a vaga na Câmara.

Se Braga vencesse, o acordo era que nomeasse comparsas em cargos comissionados no município. Hoje, ele responde, em liberdade, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro e não se candidatou novamente. O GLOBO não conseguiu contato com Hulk e Borgato.

